



Anais da Assembléia

Nº 50

CURITIBA, TERÇA FEIRA, 20 DE MAIO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 69ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1975 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Del Ciel, secretariada pelos Srs. Deputados Francisco Escorsin e Leopoldo Jacomel.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (48); achando-se ausentes os Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão, Jayme Rodrigues Carvalho, Nilso Sguarezi, Lineu Turra, e Osvaldo Macedo (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente, declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE – Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 39/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 01/75, que aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e a Associação Paranaense de Reabilitação, objetivando aplicação de recursos na Assistência à Deficientes Físicos. Parecer favorável da C.C.J. - Aprovado, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 20, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 39/75.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATIVA ATA DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1975 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Zuk e Maurício Fruet.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Scorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (48); achando-se ausentes os Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão, Jayme Carvalho, Lineu Turra, Nilso Sguarezi e Osvaldo Macedo (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após ouvido o plenário, seja inscrito na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor ANTONIO ROCHA LOURES, ocorrido em Clevelândia.

Pessoa radcada naquela cidade por muitos anos, Vereador – Presidente da Câmara – Político de Tradição, deixa seu falecimento uma lacuna difícil de ser preenchida no rol daqueles que ajudaram no progresso, pela dedicação e trabalho.

Requer outrossim, seja a família enlutada cientificada do teor deste requerimento.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, requer a transcrição nos Anais da Sessão de hoje, do pronunciamento do Sr. Accioly Filho, publicado no jornal "Panorana", sobre estatização da televisão, à página 5 do referido jornal.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A sociedade curitibana e paranaense surpreendeu-se, traumatizada, no dia de hoje, com o falecimento do Sr. Aldo de Souza Lobo.

Chegado ao Paraná há mais de vinte anos, fez desta a sua terra, fez de nossa gente a sua gente, integrando-se ao convívio de todos, quer pelas múltiplas atividades que desenvolveu, quer pelo trabalho empreendedor que sempre o caracterizou, imbuído, permanentemente por um profundo e acendrado sentimento paranista.

Industrial conceituado, contribuindo e muito na atividade empresarial, estabeleceu em sua indústria a materialização de um sonho social e humanitário que sempre acalentou: proporcionar aos que com ele labutavam uma condição de vida digna e decente.

Sendo assim e procurando interpretar o sentimento de quantos com ele conviveram e lhe conheceram a ténpera e o carácter, o Deputado que este subscreeve, no uso de suas atribuições, REQUER, seja consignado na Ata dos trabalhos desta sessão, voto de sentido e profundo pesar pelo falecimento do Sr. ALDO DE SOUZA LOBO.

Outrossim, requer mais, que se dê ciência da decisão da Casa, por inteiro teor deste expediente, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1975.

- a) ENÉAS FARIA
- a) ADALBERTO DAROS
- a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, nos termos do Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa do teor da Palestra pronunciada pelo professor WALDIR JANSEN DE MELLO, no INSTITUTO NEO PITAGÓRICO e na ESCOLA DE OFICIAIS ESPECIALISTAS E DE INFANTARIA DE GUARDA de Curitiba sobre a Biografia de RONDON e a OPERAÇÃO RONDON.

O trabalho do eminente professor WALDIR JANSEN DE MELLO, deve merecer desta Casa um voto de louvor, porquanto trata-se de um documento de alto significado elaborado por quem já é Cidadão Honorário de Curitiba e do Paraná.

Que da decisão da Casa se dê conhecimento ao professor autor da conferência.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1975.

- a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreeve, nos termos regimentais, requer se oficie ao Exmo. Sr. Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social - INPS, fazendo um apelo para que crie uma agência na cidade de Cianorte.

JUSTIFICATIVA:

Cianorte é uma das principais cidades do Estado e sede de importante sub-polo regional, merecendo, portanto, de fato e de direito a atenção do alto escalão previdenciário nacional. O Instituto atende, naquela cidade, tão somente, os casos de emergência, necessitando os segurados, para obter uma consulta e outros serviços, de se deslocarem à Maringá, a 70 quilômetros de distância.

Esta a razão da nossa preocupação em incluir nos planos de expansão daquela autarquia a próspera e vibrante cidade de Cianorte, bastando uma simples e rápida constatação técnica para verificar o acerto e urgência da medida proposta.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1975.

- a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreeve, respaldado no Regimento

Interno e após pronunciamento do Plenário, REQUER, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, engenheiro Francisco Borsari Neto, contendo a seguinte sugestão, acompanhada dos considerandos que seguem:

CONSIDERANDO o crescente progresso da agricultura na região fronteiriça à Argentina:

CONSIDERANDO as exigências de tecnologia mais avançada e consequente mão-de-obra especializada face à crescente mecanização da agricultura;

CONSIDERANDO as características econômicas da região;

CONSIDERANDO a infra-estrutura já existente no Município de Santo Antonio do Sudoeste;

CONSIDERANDO a posição geográfica do Município, polo de vasta região:

SUGERE:

Seja estudada a instalação e funcionamento de uma Escola Agrícola de nível médio, no Município de Santo Antonio do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1975.

- a) DENI SCHWARTZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreeve, nos termos regimentais, requer se oficie ao Exmo. Sr. Secretário de Transportes, Dr. Ozires Stenguel Guimarães, no sentido de tomar urgentes providências para recuperação do asfalto da "Rodovia Maringá-Cianorte", em especial no trecho próximo à cidade de Dr. Camargo.

JUSTIFICATIVA:

É indispensável justificarmos a importância da Rodovia Maringá-Cianorte-Cruzeiro do Oeste-Umuarama, dentro do pobre e medíocre número de quilômetros asfaltados das estradas estaduais e federais no Paraná.

O que não pode acontecer, é que uma simples operação tapa-buracos se prolongue indefinidamente com uma morosidade irritante aos milhares de usuários daquela Rodovia.

Dentro desse espírito, é que apelamos ao órgão competente, para as providências necessárias.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1975.

- a) GABRIEL SAMPAIO.

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. IVO THOMAZONI - Requeiro verificação de quorum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal, dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE - 18 Srs. Deputados responderam a chamada. Há quorum para o prosseguimento da sessão.

Não se encontrando em plenário o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO - Sr. Presidente, a nossa inscrição visava a sessão do dia de amanhã, razão pela qual os projetos que pretendíamos encaminhar não se encontram em nosso poder.

Solicitaria então a V. Exa., que resguardasse a minha inscrição, para a sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE - Fica transferida a inscrição de V. Exa. para amanhã.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Enéas Faria.

Faria.

Não se encontrando presente o Sr. Deputado Enéas Faria, ou seja,

declinando Sua Excelência da palavra, concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos na sessão de ontem, nesta tribuna, o nosso companheiro Deputado de Londrina, Otássio Pereira, quando se referiu, aquele nosso companheiro à pessoa do líder da Arena nesta Casa, Deputado Ivo Thomazoni, e queríamos agora fazer com que a bancada da Arena representada pela sua liderança, tivesse um posicionamento que, creio, é da quase totalidade dos Senhores, do MDB. Tivemos nesta Casa, a decência parlamentar que caracteriza todos os componentes das duas bancadas e não poderíamos, num dia como ontem, fazer com que a nossa omissão por parte da liderança do MDB, não se fizesse presente, para resguardar aquilo que sempre caracterizou, que foi a amizade incontestável, longe, muito longe de cor partidária. Quando ingressamos neste plenário sob a liderança do nosso companheiro Muggiati Filho, sabíamos, através de referências deste nosso líder, da convivência já tida com Ivo Thomazoni em legislaturas passadas, e aquela sua compostura de homem público fez com que o nosso respeito também somasse a bancada do MDB, em sinal de respeito àquela pessoa que representa a ARENA nesta Casa. Queríamos, nesta ocasião, que aquele homem público que realmente conhece a situação, de vivência do parlamentar, entendesse de que a liderança do MDB sempre soube, sempre haverá de saber respeitar a sua pessoa e a sua bancada. Sabemos, de antemão, quão difícil é o posicionamento da ARENA neste recinto, sempre quão difícil é para um Governo quando se inicia. Sua Excelência sempre teve em nossos companheiros, em nossa liderança o maior respeito e principalmente a mais alta consideração; então, que, o episódio da tarde de ontem ficasse esquecido e que volte a reinar, nesta Casa, aquela harmonia decente, honesta e principalmente respeitosa que sempre houve entre os elementos da Aliança Renovadora Nacional, e o Movimento Democrático Brasileiro.

Mas o que nos traz a falar neste Expediente na tarde de hoje, é com referência ao Instituto de Identificação do Estado do Paraná.

No último sábado havia sido programado pelo MEC os exames supletivos, para aquelas pessoas que não tiveram a condição que nós possuímos, de cursar uma escola de ensino médio para daí galgar o ensino universitário. Para tristeza nossa, fomos solicitados a comparecer naquele educandário onde se realizariam os referidos exames, para verificarmos a falha administrativa do Governo, através do Instituto subordinado à Secretaria de Segurança, que não está funcionando a contento para com os municípios da região dos Campos Gerais. Verificamos que inúmeros companheiros e amigos de nossa região faziam com que a sua presença, através de um protocolo dado pelo órgão designado em minha cidade, não valesse como carteira de identidade e, conseqüentemente, ficassem eles cerceados de prestar exames supletivos, na minha cidade. Procuramos o responsável pelo setor, em nosso município porque o protocolo datava de 60, 90 e quase 100 dias sem que as cédulas de identidade fossem dadas aos solicitantes. Tentamos de todos os modos possíveis, entramos em entendimentos com a Direção da escola responsável pelo exame supletivo e tivemos, em resposta, uma portaria do MEC na qual proibia o indivíduo, ou principalmente, o cidadão que não tivesse a sua cédula de identidade, de prestar o exame. E lá como em todo o Paraná, existe uma falta de orientação por parte da Secretaria de Segurança, do seu titular, para fazer com que este instituto realmente funcione, para que, num prazo menor de carência de tempo, seja dado, principalmente a quem procura a cédula de identidade, que é o principal instrumento, que é o principal documento para qualquer habilitação, seja ela profissional, educacional ou mesmo funcional. Tivemos a testemunha desagradável de ver mais de 50 homens, chefes de família, jovens e velhos, cerceados de ingressar ou tentar fazer o ensino supletivo e fazer as provas do ensino supletivo em minha cidade, por culpa direta, exclusiva da Secretaria de Segurança Pública do Estado, através do Instituto de Identificação, que leva um prazo superior a 90 dias, para remeter ao interior a cédula de identidade. Estaremos entrando nesta Casa, para que fatos como este não ocorram somente na nossa região, para que não ocorram em todo o território paranaense de que todas as pessoas de boa vontade, que careçam daquilo que nós possuímos, que tenham as mesmas condições, pelo menos em assistência de igualdade no provimento das cédulas de identidade em todo o território paranaense. Nos reporta

na tarde de ontem ao Instituto Florestal do Paraná. No dia de amanhã aqui estaremos levando à Secretaria de Agricultura, levando a S. Exa. o Sr. Secretário, algumas observações não nossas, dos Srs. cidadãos paranaenses, ligados somente à agricultura de nosso Estado, principalmente da nossa região, que são homens ligados à agricultura diretamente, a soja, ao cultivo do trigo e outros implementos agrícolas. Vemos na falta de apoio quase que total no sentido de sementes para a distribuição em nossa região, dos Campos Gerais, como em todo território paranaense e vemos com satisfação a convocação do Secretário em caráter particular, para aqui comparecer e dar satisfação da sua pasta a todos os paranaenses, e nesta reivindicação, iremos nos incluir com o pedido de sementes à nossa região, com o pedido de maior assistência por parte da Secretaria da Agricultura, com o pedido de que esta Secretaria designe realmente aqueles bons oficiais, todos carentes à minha cidade, tão carente, à minha região, pelo quase total estado de abandono, no qual se encontra aquele órgão estadual para com a região dos Campos Gerais e acredito que, deste encontro, não somente pautado no sentido de semente para o Paraná, mas também pautado para aquilo que nós abordamos, iremos nos referenciar quantas vezes forem necessárias, que são as reservas florestais do nosso Estado, com os outros Estados da União, dentro de todas as formas possíveis, fazendo com que sua área primitiva, com que suas florestas sejam preservadas também. Isso iremos fazer no Estado do Paraná, e para somar à nossa idéia, tivemos a satisfação como já nos referimos, o posicionamento do ilustre Deputado Paulo Camargo, que também com a nossa pessoa, irá entrar em entendimento, para que realmente seja criado, através de uma mensagem, o Instituto Florestal do Estado.

Ao finalizar, Sr. Presidente, queríamos tão somente dizer nesta Casa, nestes próximos anos de Legislação, que haja uma vivência em termos de Paraná, em termos de independência de cor partidária para que sejam atendidos os interesses mais altos que são os interesses do povo paranaense. – *(Sem revisão do orador)*.

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Com a palavra o Sr. Deputado Domício Scaramella. Não se encontra presente e o mesmo acontece com os próximos inscritos, Dácio Leonel e Basílio Zanusso.

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornal "Panorama" publicou na última segunda-feira, ontem portanto, uma reportagem muito interessante.

"A REUNIÃO DA ARENA: PERDÃO PARA OS INFIÉIS E CRÍTICAS À IMPRENSA".

Num tópico referente à imprensa, diz o seguinte neste jornal editado em Londrina:

"As discussões em torno da utilização e do apoio dos meios de comunicação social à ARENA, tomaram grande parte dos debates. O problema foi aberto pelo próprio Senador Accioly Filho, logo na introdução que fez durante o Encontro. Diz Accioly Filho: "O povo está politizado e quer participar dos Partidos e por isso devemos atrair o maior número de membros. Acho que os jovens de hoje estão mais politizados que os de antigamente e isso é fruto dos meios de comunicação que muitas vezes conseguem até convencer o povo com teses errôneas".

Depois de citar que este foi um dos erros da ARENA na eleição passada – a não utilização dos meios de comunicação com a devida orientação técnica – Accioly Filho disse – e pasmem, Srs. Deputados, com o que falou o ilustre homem público e professor – "ser favorável à encampação da TV porque este é um INSTRUMENTO PERIGOSO".

E S. Exa. recebeu o endosso do advogado Dr. José Hosken de Novaes.

E digo mais, Sr. Presidente, outras notícias, nessa reunião realizada em Londrina no último domingo, quando, aproximadamente, cem pessoas compareceram para discutir assuntos internos da Arena.

Tenho sido um frequentador assíduo desta tribuna, porque tendo, como Parlamentar, a necessidade que o Deputado tem de apresentar, durante seu mandato, ao povo, aos seus Pares, a justificativa de seus votos.

Fui dos menos votados no Estado do Paraná. E hoje, venho, mais uma vez, para dizer Srs. Deputados e para que fique consignado na Ata desta Casa que meu Partido, o MDB, não cala sua boca, não esconde sua opinião não se omite, quando homens públicos deste Estado, com a responsabilidade de mandato eletivo, que juraram honrar e respeitar a Constituição do Brasil, investem contra aqueles que lutam, que trabalham e que constroem o progresso do Brasil.

Sei, Sr. Presidente, que posso ser taxado, pelo Líder do Governo, até mesmo de demagogo. Mas, se defender o funcionalismo público, se levantar minha voz contra os que querem investir contra a Constituição, é demagogia, aceito a qualificação. Sou então um demagogo.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, V. Exa. que ocupa nesta tarde a tribuna, é um Deputado que aprendemos a admirar pela assiduidade e responsabilidade com que tem cumprido o seu mandato.

Não temos, evidentemente, procuração do ilustre Líder do Governo para defendê-lo. Mas, o que me causou espécie, foi V. Exa., ontem, gratuitamente, falar contra o Deputado Ivo Thomazoni, tecendo até comentários desairosos ao nosso colega de Bancada e de Assembléia.

E nosso Líder, quando ocupou a tribuna, absolutamente não o chamou de demagogo. Acho, nobre Deputado, que o que tem acontecido, e isso por já diversas vezes, e que quando um Deputado usa uma palavra faz-se um romance em torno dela. E esse tipo de comportamento não enaltece o trabalho desta Casa. E V. Exa. como cumpridor de nossa Constituição, sabe, mais do que ninguém, que devemos deixar nossas divergências pessoais de lado, porque senão vamos modificar os objetivos desta Casa que são defender os altos interesses do povo do Paraná.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Agradeço aparte esclarecedor de V. Exa. . .

Gostaria de lembrar a V. Exa. que o nobre Deputado Ivo Thomazoni fez distribuir, através da imprensa, que de 96 mil funcionários públicos estaduais, apenas 14 por cento recebem à base do salário mínimo.

V. Exa. devia ligar a Rádio Cultura às 7:30 horas, e ouvir o noticiário. Se assim o fizesse, teria ouvido aquela notícia sobre a qual me reporte.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Eu levanto às 6:00 horas, Deputado.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – E também foi dito que o MDB não estava dizendo a verdade. E quando dizem que não estamos falando a verdade, estão nos chamando de mentirosos.

Quero me reportar Sr. Presidente, a propósito das declarações do Senador Accioly Filho, Presidente da ARENA, perante 100 arenistas, durante a concentração que o Partido do Governo realizou em Londrina, domingo pela manhã.

Disse, e quero repetir aqui, o Senador Accioly Filho, Presidente da ARENA, a certa altura do seu pronunciamento:

“Sou favorável à estatização da televisão, porque esta é um instrumento perigoso. Foi o que se viu, nas últimas eleições”.

Sr. Presidente, quem falou não foi nenhum sub-Líder da ARENA, não foi o cabo eleitoral da fazenda, ou um abnegado arenista lá de Londrina. Quem falou, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi um Senador da República, foi o Senador Accioly Filho, uma das maiores autoridades brasileiras em Direito Constitucional, Senador pelo Paraná, pelo voto do Paraná, com a responsabilidade de falar pelo Paraná.

Antes de vir à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aguardei desmentido do Senador Accioly Filho, pois, suas palavras poderiam ter sido mal interpretada pela imprensa; este desmentido até hoje não veio, Sr. Presidente.

Ainda há poucos dias, nesta Casa . . .

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Nós também estamos aguardando desmentido do Senador da República, Sr. Leite Chaves, que é contra Itaipu, que até agora ainda não veio.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Aliás, o pronunciamento de V. Exa. vem muito a propósito do meu.

Ainda há pouco dias, nesta Casa, o ilustre Deputado Gulin fez insinuações nesta Casa, que receberam repúdio de todo o Paraná, após dúvidas quanto ao sentido democrático da oposição, e dos companheiros nossos desta bancada.

O SR. ENÉAS FARIA – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Devo dizer ao eminente Deputado que aparte ou nosso companheiro de bancada que ocupa a tribuna, Deputado Gabriel Sampaio, que, efetivamente, o Senador Leite Chaves, Senador pelo MDB, não se pronunciou jamais contra Itaipu. Sua Excelência jamais se pôs contra a realização desta obra, Sua Excelência jamais, em momento algum, em entrevista ou em pronunciamento ou até mesmo em aparte no Senado Federal, mostrou-se contrário à realização da obra. Falta ao nobre Gabriel Sampaio, um pouco também de informação, a respeito, falta a Sua Excelência, talvez, conhecedor do pensamento global do eminente Senador pelo MDB, que, de uma forma geral, parece ser o pensamento do MDB, aliás já houve debates a respeito deste assunto, aliás o MDB já está tratando deste assunto, o que deseja o MDB através de seus Vereadores, Deputados e Senador, é que esta obra se realize, mas em favor do Paraná, em favor da gente paranaense.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Agradeço o aparte do nobre Deputado Enéas Faria.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – V. Exa. permite um aparte?

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Na ocasião oportuna darei o aparte a V. Exa., por ora, V. Exa. me permita concluir o meu raciocínio, uma vez que o assunto foi iniciado no pronunciamento do Senador Accioly Filho a respeito da estatização da televisão, e já estamos em Itaipu.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Apenas queria dizer a V. Exa., que, o que nós costumamos ver durante a campanha eleitoral também, foi que o partido de V. Exa. – o qual eu respeito profundamente porque tanto o partido de V. Exa. quanto o meu foram criados pela mesma Revolução – que, em certas ocasiões, estamos acostumados a verificar que o partido de V. Exa. acha que é o dono da verdade, o que não é real e o seu Senador, eleito pelo Paraná, representante de Londrina, Sr. Leite Chaves, revelou numa entrevista, cujo jornal não tenho aqui nas mãos, que realmente ele era contra Itaipu, como estava sendo construída, ou vai ser construída no local que está sendo construída e eu refutarei aqui que as palavras do meu mui digno companheiro Enéas Faria, que nós todos somos do mesmo pensamento. Não é o MDB e Arena, somos homens do Paraná que estamos defendendo esta usina hidrelétrica, a maior do mundo para que venha beneficiar o Paraná em primeiro lugar, o que é óbvio, o que é claro e não é o MDB que levantou a voz e que será o dono da verdade, o defensor do Estado do Paraná, nós também temos esta missão a cumprir e acho que estamos cumprindo nossa missão. Fica um jornal pelo outro, uma palavra pela outra. Muito obrigado.

O SR. ENÉAS FARIA – Deputado Otássio Pereira, permita-me apenas roubar-lhe mais 30 segundos. O MDB nunca se arvorou em dono da verdade, mas jamais, em momento algum, patrocinou o engodo e a ilusão.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Gostaria de terminar nosso pronunciamento. Logo em seguida, nós daremos apartes aos Srs. Deputados.

O SR. GABRIEL MANOEL – Eu só queria dizer a V. Exa. que sendo o ilustre Bancada do MDB como a nossa Bancada da ARENA, como o povo brasileiro, essencialmente cristão, esta mesma TV, a mesma imprensa que noticiou que nosso Senador da República pelo Paraná, Leite Chaves, do seu Partido, ao adentrar a sua sala, quando viu a imagem de Cristo pediu que a mesma fosse retirada. Agora eu só peço que V. Exa. na sua consciência, analise, estude e julgue, ou a imprensa é mentirosa ou o seu Senador é anti-Cristo.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Queria terminar o nosso pronunciamento. O SR. ENÉAS FARIA – V. Exa. me concede mais alguns instantes?

Gostaria de dialogar com o Deputado Gabriel Manoel a respeito deste assunto. Primeiro o fato é verídico, a própria imprensa que noticiou depois retificou a má informação que havia obtido, mas é preciso acrescentar que S. Exa. – ouça e ouça bem, que ser cristão não é ter na parede a imagem de Cristo, ser cristão é qualquer coisa mais profunda e muito mais importante. Ser cristão, eminente Deputado Otássio Pereira, é não permitir que ocorra o que está ocorrendo nesta Terra, é não permitir que a mortalidade infantil se alastre e seja uma verdade; ser cristão é não permitir que homens vivam com indignos salários mínimos, com que vivem; ser cristão, é não permitir que homens sem direito de defesa fiquem nas masmorras; ser cristão, é muito mais

do que ter a figura de Cristo na parede e se o Cristo não o disse, se o evangelho não conta, a própria vida do Cristo é um eloquente testemunho do que poderia ser dito. Não quero adoradores da minha figura, quero trabalhadores da minha obra.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Se me permitissem os Srs. Deputados, gostaria de terminar, tendo em vista que temos apenas dez ou oito minutos para...

O SR. GABRIEL MANOEL – V. Exa. permite um aparte?

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Gostaria de terminar e então concederei com prazer os apartes aos Deputados que os desejarem.

Eu dizia que quem falou foi o ilustre homem público, Accioly Filho, uma das maiores autoridades brasileiras em Direito Constitucional. Senador pelo Paraná, com o voto do povo do Paraná, é com a responsabilidade de falar pelo paranaense.

Agora o Senador Accioly Filho investe contra a liberdade de imprensa, e esquece os direitos e garantias individuais, e prega abertamente a encampação das emissoras de Televisão pelo Estado.

Final de contas, de que lado está a ARENA? O Presidente da República fala abertamente de distensão política em abertura política e nos mais altos escalões da República os ventos de liberalização do Regime sopram abertamente, oferecendo ao povo deste País a certeza de que estamos muito perto da democracia plena, das liberdades e garantias totais do homem, da livre manifestação de pensamento e da prestação de informação independente de censura.

E o que S. Exa. o grande Professor, o grande homem público do Estado do Paraná apregoa numa reunião em nossa cidade, é a encampação a estatização da TV pelo Estado.

“Temos aplaudido a disposição do Governo Federal de encontrar estes caminhos que todo o País quer, que todo o País deseja. Pois, Sr. Presidente, lamentavelmente o Senador Accioly Filho chega em Londrina e justifica a derrota da ARENA. Foi a televisão que derrotou a ARENA. NÃO O POVO.

As emissoras de Televisão precisam ser encampadas porque o Sr. presidente da ARENA acha que seu Partido não sabe usar a Televisão”. O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Otássio Pereira, inicialmente devo confessar que tenho o jornal “Panorama” editado em Londrina, na mais alta conta. É um jornal que faz imprensa séria, mesmo porque é um órgão componente de uma das organizações jornalísticas do Paraná, talvez de melhor estrutura.

Mas quer me parecer que não exatamente foi este o sentido das declarações do Senador Accioly Filho.

Disse o Senador, segundo informações que tenho, que estava na hora de a ARENA, nosso Partido, encampar a idéia de utilizar com a necessária orientação técnica os Canais de TV, porque assim não tendo feito nas eleições de 74, foi ela sujeitada a uma derrota eleitoral. O Senador Accioly Filho, homem altamente democrático, jamais se permitiria a leviandade de defender, como democrata que é, a estatização da TV.

Seria uma temeridade, principalmente a um político, fazer tal afirmação. O que S. Exa. quis significar, foi o fato de que estava na hora de nosso Partido encampar a idéia de utilizar, com a necessária orientação técnica, os Canais de TV. Entre encampar uma idéia e encampar um Canal de TV há uma grande distância.

Em que pese o respeito em que temos este órgão técnico de imprensa, dete ter havido, na formulação da notícia, quem sabe um erro auditivo de quem a captou. Não acredito que tenha havido má fé por parte de quem a escreveu, mas um erro de interpretação de uma opinião expendida pelo eminente Presidente de nosso Partido, Senador Accioly Filho.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Talvez V. Exa. não estivesse na Casa no início. Vou repetir o que havia dito.

Antes de vir a esta tribuna, aguardei desmentido do Senador Accioly Filho, pois suas palavras poderiam ter sido mal interpretadas pela imprensa.

E esse desmentido não veio.

O SR. IVO THOMAZONI – Qual a data de jornal?

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – 19 de maio de 1975.

O SR. IVO THOMAZONI – Ontem, portanto. Talvez o nobre Senador

nem tenha tido conhecimento da notícia, porque os jornais paranaenses chegam em Brasília três dias depois.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Agradeço o aparte de V. Exa.

Quero concluir meu pensamento, dizendo, desta tribuna, que fui um dos paranaenses que lamentou bastante quando o Senador Accioly Filho, por mais duas vezes, foi preterido na escolha, pelo Governo Federal, para o Governo do Paraná.

“Eu, francamente, lamentei. Agora sei que o Governo Federal fez muito bem em não escolhê-lo, pois, quando um homem, ao ter os seus cabelos enbranquecidos, pelo inverno do tempo, muda também a cor dos cabelos com a sua opinião pública e jurídica, este homem já caminha para se incompatibilizar com o seu passado e com a opinião pública.

Lamento bastante a posição do Senador Accioly Filho pregando a encampação das emissoras de televisão, porque, antes mesmo de ser Deputado, antes mesmo de ser Vereador, sempre fui defensor da livre empresa, um dos princípios básicos da democracia”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, encontrava-se presente, na ocasião, um companheiro nosso a quem muito admiramos, que não pertence ao MDB, homens que já labutou na imprensa, a quem, inclusive, desejo prestar minhas homenagens: Deputado Dácio Leonel. E imprensa pública que esse nosso ilustre colega disse: “precisamos conquistar a imprensa, para tê-la ao nosso lado, como cabo eleitoral”.

Pois, Srs. Deputados, é a imprensa que nos dá cobertura quando acertamos e comenta nossos erros.

O SR. GABRIEL MANOEL – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, o dinamismo de V. Exa., a euforia de V. Exa. é por nós admirada, por nós, seu humilde colega, mas, voltando, fazendo um pequeno retrospecto do problema da sucessão governamental do Paraná, eu diria que V. Exa. como membro do MDB, como paranaense ilustre pertencente a uma facção política, não poderia ficar triste, nem alegre, porque ali não estava em jogo, a não ser elementos da ARENA. Poderia V. Exa. ficar triste ou alegre, mas, na sua consciência, porque estavam em jogo dois nomes ilustres, Jayme Canet Júnior e Accioly Filho,

para assumirem o cargo de Chefe do Executivo deste glorioso Paraná. Acho que não caberia a V. Exa. julgar um partido que faz oposição ao seu, esta opinião sua de ficar triste ou alegre não interessa nem ao MDB nem à ARENA, acho que V. Exa. foi infeliz no seu pronunciamento quando quis interferir na opinião de uma escolha, pelo consenso, do nome do ilustre paranaense como é Accioly Filho e como é Jayme Canet Júnior, V. Exa. deveria aguardar a vez, porque dizia Moysés Lupion, que “araruta também tem o seu dia de mingau”.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Agradeço o aparte inteligente do nobre Deputado Gabriel Sampaio, que vem abrilhantar o seu pronunciamento, nesta tarde.

Infelizmente o partido de V. Exa. e V. Exa. também, no que concerne às eleições governamentais, não tem que dar nenhuma satisfação ao povo porque o Governo que V. Exa. apregoa e defende nesta Casa não foi escolhido pelo povo, portanto, não cabe de maneira alguma, satisfação alguma ao povo, porque o Governo que V. Exa. deseja o seu partido deseja.

O SR. DEL CIEL – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Prezado companheiro Otássio Pereira, não recebi com estranheza a assertiva do Sr. Senador pelo Paraná, Accioly Filho, da intenção de estatização dos canais de televisão; tentaram até mesmo neste encontro de arenistas, a encampação de um dos líderes emedebistas, Dalton Paranaçu.

Por outro lado, já que se fala em estatização, eu lembraria a importância que deveria nortear todo homem público do Paraná, para que o nosso Estado voltasse a se estatizar, a compor a República Federativa do Brasil como Estado, como Estado que transferiu todos os seus setores administrativos em empresas e outras, como companhias de economia mista, passando a esbulhar o povo paranaense, de forma acentuada e até mesmo comunista – caso específico da COPEL, caso da SANEPAR, casos de todas as outras companhias de economia mista que acabam fugindo ao poder e ao comando do homem, ou dos homens que têm a responsabilidade de bem administrar, de gerir o patrimônio público.

É tempo realmente de se buscar a estatização do Estado do Paraná

que está deixando de existir como Estado porque está deixando de corresponder aos interesses do povo paranaense. É assunto que merece análise profunda, análise séria de todos os homens responsáveis e preocupados com os destinos do Estado do Paraná”.

A imprensa deve conquistar, reconquistar a sua liberdade, liberdade consumida, nos dias atuais, pela censura que veda, que cala, que silencia a imprensa brasileira e se risca do rol dos homens públicos responsáveis, aqueles que pudessem ter a infelicidade de sugerir o passo anunciado por V. Exa., ou seja, a estatização de emissoras de televisão que, se assim ocorresse seriam mais algumas empresas servindo de cabide de emprego e a atenderem interesses de uns poucos paranaenses.

Era para isto na oportunidade, prezado companheiro Otássio Pereira, para uma análise de uma notícia divulgada para todo o Estado do Paraná, por um órgão da imprensa, que pedi o aparte, muito obrigado.

O SR. MUGGIATI FILHO – Ilustre deputado Otássio, traz V. Exa. à tribuna hoje um assunto que, não só sobre o aspecto político propriamente dito, mas inclusive sobre o aspecto da própria linha política e econômica do atual governo, poderá ser discutido.

Temos presentes as palavras do eminente Líder do Governo no sentido de que as declarações atribuídas ao eminente Presidente da Aliança Renovadora Nacional, talvez não condigam com o que realmente, seja o pensamento do ilustre Senador.

Mas, segundo se depreende da leitura do jornal, o que ali consta, em linguagem jornalística, é expressamente aquilo que foi declarado pelo Senador Accioly Filho. Ora, esse problema de estatização de empresas privadas, como bem acentuou V. Exa. em seu discurso, além de ferir os princípios de ordem democrática em que sempre se baseou a política brasileira, vem significar que pode, realmente, representar também um aspecto diferente daquilo que estejamos interpretando com relação a política econômica do atual sistema vigente no país.

Portanto, nos parece, realmente, oportuno, uma vez que o jornal que deu a notícia é digno de todo o crédito que, se for o caso, o pensamento dominante em nosso Estado, com relação a política econômica, seja devidamente esclarecido por aqueles que detêm nesta Casa a representação majoritária para que, inclusive, a nossa bancada tenha, com relação a este assunto que é de extrema importância, a sua posição devidamente definida.

V. Exa. trouxe o assunto que, realmente, é digno de debate. Muito obrigado a V. Exa. pelo aparte.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Agradeço o aparte do Deputado Muggiati Filho. Gostaria antes de ceder apartes aos companheiros Quielse Crisóstomo e Ivo Thomazoni, de consultar quantos minutos tenho para terminar o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE – Seis minutos.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Agradeço e cedo alguns dos meus minutos para os ilustres Deputados Quielse Crisóstomo e Ivo Thomazoni.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO – Nobre Deputado Otássio Pereira, em determinado ponto de seu discurso me pareceu que V. Exa., exorbitando até mesmo da liberdade democrática, da liberdade de pensamento que o próprio Regime lhe confere, exagerou quando disse que os arenistas, ou os deputados da ARENA ou o Governo da ARENA não devem explicações ao povo.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Isto no que diz respeito a eleições estaduais.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO – Estou falando de eleições estaduais.

O percentual de votos nas eleições estaduais, significa a totalidade do povo que confiou nos candidatos que nela concorreram. V. Exa. há de convir que esta responsabilidade da bancada da ARENA é maior do que a responsabilidade de sua bancada. Porque em termos de deputados estaduais esta bancada mereceu maior número de votos. Incorreu V. Exa. num engano, talvez confundido no seu raciocínio. Fomos eleitos pelo povo e a formação parlamentar deste Poder demonstra que a ARENA tem a maioria. Foi daqui deste Poder que foi eleito o Governador do Estado. Foi a confiança que o povo nos demonstrou, a confiança na capacidade de decisão, porque quando o povo votava em V. Exa., sabia que estava votando num deputado que poderia votar no Governador do Esta-

do. Quando V. Exa. pedia votos, através da imprensa, televisionada e escrita, sabiam seus eleitores que ao votar em Otássio Pereira estavam autorizando V. Exa. a votar contra ou a favor do Governador do Estado. Teria V. Exa., no meu entendimento uma oportunidade muito boa de discordar do sistema democrático se não estivesse participando do sistema democrático. V. Exa. é deputado e participa através de um sistema que exige que V. Exa., ao incluir seu nome na linha partidária do partido, diga amém ao sistema. V. Exa. discorda da própria meta que o trouxe a este Poder de representação, a qual V. Exa. faz nesta Casa. Mas a oportunidade de discordar dos sistemas já passou e não seria agora, neste momento, nestes em que V. Exa. está falando. A democracia está aqui alicerçada pela maioria da Casa.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – V. Exa. está confundindo uma coisa com outra. Está confundindo alhos e bugalhos. Está confundindo Catarina de Médicis, com o que me disse Catarina. Confundindo...

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO – ... nossa bancada haverá de lutar, até os últimos dias de nosso mandato. Haveremos de representar o povo e honrar o mandato que ele nos outorgou para representá-lo nesta Casa. E a imprensa, disse bem o nobre Senador Accioly Filho, é perigosa. E se S. Exa. não disse isso, eu digo agora: a imprensa, quando mal utilizada, é perigosa.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa comunica o nobre Deputado Otássio Pereira que está esgotado o tempo, mas concede-lhe mais dois minutos, para concluir.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO – Deputado Otássio Pereira, quero agradecer o aparte que V. Exa. me concedeu e pedir desculpas se, porventura, usei demais o tempo concedido a V. Exa.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Obrigado. Dizia eu, há poucos instantes, que o Governo que aí está, não tem que dar nenhuma satisfação ao povo, porque não foi escolhido pelo povo.

De moco que, gostaria, ao terminar meu pronunciamento, dizer que lamentei que o ilustre Senador Accioly Filho tenha ido ao Interior, fazer pronunciamento dessa natureza, ele que é um dos mais brilhantes representantes da Arena, emérito professor que todo o Paraná admira, tenha ido ao Interior, dizer que é favorável à encampação das emissoras de televisão.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, só para afirmar que não vou dar credibilidade à notícia de que a afirmação do eminente Senador Accioly é favorável à encampação das emissoras de televisão, porque S. Exa. é um homem que entende de rádio e televisão. Entende que rádio e televisão são serviços de utilidade pública. Ao Governo, portanto, compete até cassar a concessão quando julga que o critério das rádios e televisões é inconveniente.

Então, porque iria um Senador, se expor à opinião pública, ele é a expressão máxima de nosso partido. V. Exa. mesmo, nobre Deputado, tem conhecimento que o Governo dá ampla liberdade à imprensa, os pronunciamentos de V. Exa., como os meus, são divulgados pela imprensa.

Devo dizer mais, nobre Deputado, o Senador Accioly Filho é um dos nomes cogitados para ocupar uma das vagas do Superior Tribunal Federal. E quer me parecer que não fica bem para nós, no Paraná, sempre que temos oportunidade de elevar o nome de um paranaense, através de um dos filhos deste Estado, venham à baila notícias como essas que não merecem, de forma alguma, a nossa credibilidade.

Conheço o ilustre Senador, jamais acreditarei que tenha feito essa declaração, dada a sua formação.

Quer me parecer, ilustre Deputado Otássio Pereira, que temos tanto o que falar, quando desejava falar sobre sociedades de economia mista, essas sociedades que deram agilização à administração pública que, sem elas, estaríamos num emaranhado burocrático como ocorre em tantos lugares, e mesmo porque, as Prefeituras do MDB e de Londrina, que é a cidade que V. Exa. representa, mantêm um cem número de sociedades de economia mista, e que está, agora, contemplando alguns Vereadores do MDB, com cargos polpudos lá, em sociedades de economia mista, e nós não falamos nada daqui, não dissemos nada daqui, não criticamos nada daqui, só V. Exa. é que não concorda que a Arena use esse instrumento que é válido para a administração.

do MDB é válido.

Então, perdoe, nobre Deputado Otássio Pereira, voltaremos noutra oportunidade, para um confronto de idéias, quem sabe com maior tempo para nós.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Concorde com V. Exa.

Sr. Presidente, gostaria de solicitar a inserção, em Ata, do jornal "Panorana", para que fica-se de posse da Casa esse jornal, a fim de que os Srs. Deputados da Arena, possam, com mais vagar, examinar a nota inserida nesse jornal, e sobre a qual realizamos o comentário e o discurso de hoje.

Concedo, com muito prazer, aparte ao Deputado Del Ciel.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa comunica que não há mais tempo para terminar o seu pronunciamento.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei nº 27/75, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 15/75, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva até 30 de junho de 1977, os efeitos da lei nº 6.547, de 06 de julho de 1974. – *Aprovado.*

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO Nº 27/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam prorrogados até 30 de junho de 1977 (hum mil novecentos e setenta e sete), os efeitos da Lei nº 6.547, de 05 de junho de 1974.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSI – Presidente

a) FRANCISCO ESCORSIN – Relator

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 112/74, de autoria do Deputado José Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Munhoz de Mello. Parecer *favorável* da C.C.J. – *Aprovado.*

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 137/74, de autoria do Deputado Rosário Pitelli, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso, 1 (um) Rolo Compressor Muller Tanden ano 1962, de propriedade da Secretaria dos Transportes – DER. Pareceres *favoráveis* da C.C.J. e C.F. – *Aprovado.*

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 166/72, de autoria do Deputado Antonio Lopes Junior, que transfere à responsabilidade do DER, a estrada que liga os Municípios de Irati e Inácio Martins, passando pelas localidades de Rio Corrente, Rio Preto, Guamirim, Governador Ribas, Água Clara e Serro do Leão. Pareceres *favoráveis* da C.C.J. e C.F. – *Aprovado artigo por artigo.*

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 52/74, de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo construir prédio destinado ao funcionamento do Ginásio Estadual na sede do Distrito de Santa Lúcia, Município de Capitão Leônidas Marques. Pareceres *favoráveis* da C.C.J., C.F. e C.I.P. – *Aprovado, artigo por artigo.*

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 53/74, de autoria do Deputado Aryzone Araújo, que autoriza o Poder Executivo criar como entidade de Fundação Estadual, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da

Cidade de Francisco Beltrão, e dá outras providências. Pareceres *favoráveis* da C.C.J., C.F. e C.I.P. – *Aprovado, artigo por artigo.*

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 133/74, de autoria do Deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo criar no município de Dois Vizinhos, uma Inspeção Regional de Ensino, com jurisdição nos Municípios de São Jorge, São João, Tapejara, Salto do Lontra, Realeza e Santa Izabel. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.I.P. – *Rejeitado.*

PROJETO DE LEI Nº 133/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

DECRETA:

Art. 1º – Autoriza o Governo do Estado do Paraná, a criar no Município de Dois Vizinhos, uma Inspeção Regional de Ensino, com Jurisdição nos seguintes municípios: São Jorge, São João, Tapejara, Salto do Lontra, Realeza e Santa Izabel.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrários.

JUSTIFICATIVA:

Dois Vizinhos, município situado em pleno coração do Sudoeste, possuidor de terras as mais férteis do Paraná, uma das cidades mais promissoras da região. Com a criação de uma Inspeção Regional de Ensino que irá atender uma vasta região abrangendo os municípios acima mencionados, irá proporcionar melhor atendimento na área escolar, haja visto que atualmente sua jurisdição está afeta à Inspeção Regional de Pato Branco, que devido a distância mais de 100 km, de distância, está dificultando o entrosamento do ensino em toda Região.

Nada mais justo portanto, a criação naquele município de uma Inspeção Regional de Ensino.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1974.

a) PAULO POLI

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 133/74

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Paulo Poli, visa autorizar o Poder Executivo a criar no Município de Dois Vizinhos, uma Inspeção Regional de Ensino, com Jurisdição nos municípios de São Jorge, São João, Tapejara, Salto da Lontra, Realeza e Santa Izabel.

No que pese a justificativa apresentada e a louvável intenção do seu Autor, no nosso entender, o Projeto contraria frontalmente a Constituição Estadual no seu Art. 35, já que a criação de uma Inspeção Regional de Ensino importa em um aumento de despesas.

Isto exposto, o nosso parecer é CONTRÁRIO ao Projeto, por considerá-lo inconstitucional, e consequentemente, opinamos pela sua REJEIÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETTO – Presidente

a) WALDENÍCIO BARBALHO – Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 133/74

1. O presente plano de lei, de autoria do ex-deputado Paulo Poli, objetiva autorizar o Poder Executivo a criar no município de Dois Vizinhos, uma Inspeção Regional de Ensino, com jurisdição nos seguintes municípios: São Jorge, São João, Tapejara, Salto do Lontra, Realeza e Santa Izabel.

2. A douda Comissão de Constituição e Justiça, embora considerando a justificativa que acompanha o projeto e louvável o seu objetivo, opinou contrariamente ao mesmo por considerá-lo Inconstitucional.

3. Esta Comissão de Instrução Pública tem competência para se

pronunciar a respeito do mérito dos projetos da natureza do presente. Todavia, é óbvio, somente, poderá fazê-lo uma vez reconhecida a sua viabilidade constitucional. Ora, sendo o plano de lei em exame, inviável dado o impeditivo constitucional, ocioso seria qualquer pronunciamento quanto ao seu mérito.

Nessas condições o nosso parecer é pela REJEIÇÃO do Projeto.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1975.

a) ROSÁRIO PITELLI – Presidente

a) NELSON BUFFARA – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 148/74, de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar e instalar através da Secretaria de Educação e Cultura, cursos de 1º e 2º Grau, no Distrito de Campo Bonito, município de Guaraniaçu. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.F. e *favorável* da C.I.P. – *Rejeitado*.

PROJETO DE LEI Nº 148/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1º – Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, a criar e instalar cursos de 1º e 2º Grau, no Distrito de Campo Bonito, município de Guaraniaçu.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrários.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1974.

a) ODILON REINHARDT.

JUSTIFICATIVA:

É difícil se conceber e se pretender o desenvolvimento de uma localidade ou região, sem se dotar a mesma de mínimas condições que lhe permitam tal progresso, ou mesmo que o cerceiam.

É portanto, necessário e fundamental, que o poder executivo do estado, através, de suas secretarias criem tais condições.

O Distrito de Campo Bonito, no município de Guaraniaçu, vem lutando com dificuldades, objetivando acompanhar o ritmo de desenvolvimento que se processa de anos para cá na região oeste do Estado.

Apresentando um número variável de residências entre 250 a 300, com 1.800 eleitores inscritos, com número aproximado de 350 crianças em grau de escolaridade primário, com turmas compostas de 90 alunos nos 5º e 6º período do primeiro grau, sendo que, 40 alunos deixaram de estudar pois foi fechado o 7º período do primeiro grau, funcionando o curso como extensão ou melhor curso extensivo do ginásio da sede do município, e com população de aproximadamente 15.000 habitantes, já está merecendo de há muito como se pode facilmente constatar a criação e instalação de cursos definitivos de primeiro e segundo grau.

Baseando sua economia fundamentalmente na agricultura, onde produziu na última safra aproximadamente 50.000 sacas de soja, igual número de sacas de trigo e 100.000 de milho, e considerando que o povo laborioso da agricultura, contribui de forma efetiva para o engrandecimento do nosso Estado, não temos a menor dúvida de que a presente reivindicação não deixará de ser atendida pelas autoridades constituídas de nosso Estado, que tem como objetivo precípuo, colocar o Paraná, em plano de destaque no cenário Brasileiro.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 148/74

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Odilon Reinhardt, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria de Educação e Cultura, a criar e instalar cursos de 1º e 2º Grau, no Distrito de Campo Bonito, Município de Guaraniaçu.

Ao que pese a justificativa apresentada e a louvável intenção do seu autor, no nosso entender, o Projeto contraria frontalmente a Constituição Estadual no seu Art. 35, já que a criação e instalação de cursos em um Distrito importará em um aumento de despesas.

Isto exposto, o nosso parecer é CONTRÁRIO ao Projeto, por considerá-lo inconstitucional, e conseqüentemente, opinamos pela sua REJEIÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETTO – Presidente

a) WALDENÍCIO BARBALHO – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 148/74

O nobre Deputado Odilon Reinhardt, apresentou o presente Plano de Lei, visando autorizar o Poder Executivo, a criar e instalar cursos de primeiro e segundo grau, no Distrito de Campo Bonito, município de Guaraniaçu.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, emitiu parecer contrário ao Projeto de Lei, por ferir o Artigo 35 da nossa Carta Magna, sendo por isso inconstitucional.

Como o Projeto de Lei importa em aumento de despesas, não tem amparo legal, visto que, tais proposições que determinem ônus ao erário público, são de iniciativa exclusiva do Poder Executivo do Estado.

Nestas condições, mesmo considerando a louvável iniciativa do nobre parlamentar, o nosso parecer é CONTRÁRIO ao Projeto devendo ser, de conseqüência, rejeitado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO – Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 148/74.

1. O presente plano de lei de autoria do ex-deputado Odilon Reinhardt, objetiva autorizar o Poder Executivo a criar, através da Secretaria de Educação e Cultura, cursos de 1º e 2º Graus, no Distrito de Campo Bonito, município de Guaraniaçu.

2. A douta Comissão de Constituição e Justiça opinou pela rejeição do Projeto em exame por considerá-lo inconstitucional.

3. Igual caminho palmilhou a Comissão de Finanças, opinando pela rejeição do Projeto.

4. Na verdade o Poder Executivo não necessitava de autorização especial do Poder Legislativo para a instalação de cursos de 1º e 2º graus.

Todavia, a iniciativa do nobre autor do Projeto é das mais meritórias e a justificativa que acompanha o plano de lei nos convence plenamente da sua oportunidade, o qual uma vez aprovado, funcionará mais como sugestão ao Poder Executivo, do que imposição legislativa.

Nestas condições o nosso parecer é pela APROVAÇÃO ao Projeto.

Sala das Comissões, em de abril de 1975.

a) ROSÁRIO PITELLI – Presidente

a) JURANDIR MESSIAS – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 175/74, de autoria do Deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo fixar em importância não excedente a 20 por cento do maior salário-mínimo do Estado, os honorários de serviço dos Despachantes Oficiais de Trânsito. Pareceres *favoráveis* da C.C.J. e C.F. – *Aprovado*.

PROJETO DE LEI Nº 175/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1º – O Poder Executivo fixará os honorários de serviço dos

Despachantes Oficiais de Trânsito, em importância não excedente de 20 vinte por cento do maior salário-Mínimo vigente no Estado.

Art. 29 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1974.

a) JORGE SATO

JUSTIFICAÇÃO:

A matéria está disciplinada atualmente pelo Decreto nº 18.603, de 23 de março de 1970 e fixa os honorários do Despachante em 15 por cento. O projeto objetiva conceder um reajuste de 5 por cento, no sentido de fazer a remuneração do Despachante, acompanhar, ainda que de longe, as revisões salariais procedidas pelos governos em relação aos trabalhadores e funcionalismo público.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 175/74

AUTOR: Deputado JORGE SATO

SÚMULA:

Autoriza o Poder Executivo a fixar os honorários de serviço dos Despachantes Oficiais de Trânsito, em importância não excedente de 20 por cento do maior salário-mínimo vigente no Estado

PARECER

Na sua justificativa o autor do Projeto menciona que o que se objetiva é conceder o reajuste de 5 por cento para fazer a remuneração do Despachante acompanhar, ainda que de longe, as revisões salariais.

Na verdade, a atual regulamentação estabelece um máximo de 15 por cento do maior salário mínimo vigente no Estado e, em tais condições, os honorários dos despachantes têm acompanhado a revisão salarial.

No aspecto constitucional nada encontramos que possa impedir a iniciativa, pois tal aumento se refere ao contribuinte.

Em tais condições, estando conforme quanto à sua constitucionalidade e legalidade, deixamos a decisão a critério da Casa.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1975

a) ACCIOLY NETO - Presidente

a) DÁCIO LEONEL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 175/74

O nobre Deputado Jorge Sato, apresentou o presente Plano de Lei que objetiva a autorizar o Poder Executivo a fixar os honorários de serviço dos despachantes oficiais de trânsito, em importância não excedente de vinte por cento do maior salário-mínimo vigente no Estado.

Ao justificar o referido Plano de Lei, o nobre parlamentar esclareceu que o reajuste de vinte por cento tem por finalidade, corrigir a remuneração do despachante, afim de que o mesmo possa acompanhar, as revisões salariais procedidas pelos governos em relação aos trabalhadores e funcionalismo público.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, ao examinar o aspecto constitucional da proposição, opinou que a iniciativa não fere o dispositivo da nossa Carta Magna, ficando ao critério do Plenário a aprovação ou não do Plano de Lei.

No que diz respeito a esta Comissão, o referido Plano de Lei no nosso entender é justo e oportuno.

Nestas condições nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente

a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO - Relator

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência tem a honra de anunciar a presença neste Plenário, do ex-deputado Estadual Benedito Pinto Dias,

ilustre Prefeito Municipal de Paranavaí, que nos honra assistindo a sessão de hoje.

Sobre a mesa, Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Enéas Faria, Adalberto Daros e Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aldo de Souza Lobo. - *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Rocha Loures. - *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do INPS, no sentido de que seja criada uma agência em Cianorte. *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam tomadas providências para recuperação do asfalto da "Rodovia Maringá-Cianorte", em especial no trecho próximo à cidade de Dr. Camargo. *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja estudada a instalação e funcionamento de uma Escola Agrícola de nível médio, no município de Santo Antonio do Sudoeste. *Aprovado.*

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, o inteiro teor da palestra pronunciada pelo Professor Waldir Jansem de Melo, no Instituto Neo Pitagórico e na Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda de Curitiba, sobre a biografia de Rondon e a Operação Rondon. *Aprovado. (O artigo a ser transcrito, acha-se publicado no final desta Ata).*

Requerimento de autoria do Sr. Valter Pietrângelo, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, sugerindo a instalação e ativação de Comandos Sanitários Permanentes, os quais deverão agir junto a bares e restaurantes cujas condições de higiene coloquem em risco a saúde de seus frequentadores. Em discussão.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO Para discutir.

Sr. Presidente. Srs. Deputados.

O nobre Deputado Valter Pietrângelo, muito oportunamente diria porque a matéria está sendo tratada nestes termos pela primeira vez, muito oportunamente, encaminha requerimento ao Secretário de Saúde e Bem Estar Social, versando sobre a instalação e ativação de comandos sanitários. Nós que viemos para esta Casa praticamente como servidor público da Pasta da Secretaria de Saúde Pública e Bem Estar Social, tivemos parte da nossa vida profissional dedicada a este tipo de trabalho e mais especificamente na chefia dos comandos sanitários, motivo pelo qual, ao considerar oportuno e objetivo o seu requerimento, porém nos cabe neste momento o dever de informar por antecipação o que haverá de ser informado posteriormente pela Secretaria de Saúde Pública, era que não haveria necessidade de instalação ou não haveria necessidade de uma solicitação de

pedido de instalação dos comandos sanitários, porque eles existem já há muito tempo. Eu mesmo iniciei meus trabalhos através dos comandos sanitários, inicialmente como membro, em 1962 e, posteriormente passando a ser o responsável pelos comandos sanitários, poderia eu dizer, com o auxílio e testemunho de muitos Senhores Deputados que hoje estão aqui nesta Casa, que em muitos municípios de Londrina, por volta de 66, eu mesmo fui chamado a prestar informações sobre o critério adotado pelos comandos sanitários de Londrina.

Posteriormente em Pato Branco, em Paranaguá e vários municípios do Estado. Desde esta data a Secretaria de Saúde vem se aprimorando com o mesmo objetivo exposto no pronunciamento do nobre Deputado, com informações da imprensa de São Paulo sobre problemas idênticos naquele Estado.

Poderíamos neste momento dizer que principalmente a resposta da Secretaria de Saúde será aquela pretendida pelo nobre Deputado

De minha parte, Sr. Presidente, eu diria neste instante que através

da Escola de Saúde Pública, um grupo de professores, muitos deles cate-dráticos da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, vêm dando centenas, milhares de aulas, de cursos técnicos, nos quais eu mesmo tive a oportunidade de dar mais de mil aulas, para a formação de técnicos de nível médio para o controle deste problema que é um proble-ma de todos os tempos, de todas as épocas, o problema sanitário de sane-amento básico.

Já tivemos, naquela época, nobre Deputado Valter Pietrângelo, o levantamento estatístico da incidência das doenças que grassam entre a população de nosso Estado, de todas as regiões urbanas, suburbanas e ru-rais. E já tinha, as programações para a Escola de Saúde Pública. E naque-la época em que era Secretário de Saúde nosso colega Arnaldo Busato, com referência à profilaxia de doenças endêmicas com as citadas pelo jornal "Estado de São Paulo", já por volta de 66 tínhamos registrada a contaminação e a temperatura dos esterilizadores dos bares de Curitiba, daqueles que ofereciam condições de esterilização e dos que não ofereci-am.

A população do Estado e os representantes desta Casa devem lem-brar de que em determinada época a Secretaria de Saúde Pública, não havendo mais medidas de caráter sanitário que tivessem solução favorável, houve por bem interditar vários estabelecimentos comerciais de várias ci-dades do Paraná.

Desde então, pelo que posso informar, os comandos sanitários não pararam. Porém, depois do "rush" inicial de implantação, não seria mais uma implantação, mas sim aplicação de novos planos de saneamento dos Comandos Sanitários que já existiam neste Estado. E com o aumento de população também aumentado as proliferações bacterianas vão também aumentando, vão se renovando, e as medidas de saneamento também vão se renovando.

E hoje, na Secretaria de Saúde, onde inicialmente existia a Polícia Sanitária do Estado, depois os Comandos Sanitários, hoje denominado Serviço de Saneamento, devo dizer que, em termos estou de acordo com o requerimento do nobre Deputado Valter Pietrângelo, mas que haverse-mos de propugnar para que na Secretaria de Saúde esse setor seja uma Coordenadoria de Saneamento, no novo organograma que será implantado no Estado, essa Coordenadoria será equiparada a antigo Departamento.

Então, esse setor haverá de ser um setor de grande representação funcional nos quadros da Secretaria de Saúde Pública, tratará, exclusi-vemente da parte de saneamento. Saneamento básico na parte da água, no tratamento da água, procedência e controle de dejetos humanos, contro-le e proliferação de doenças veiculadas por alimentos. E o trabalho conti-nua, e tive a oportunidade de ver, hoje, o trabalho continua juntamen-te com as prefeituras, com os órgãos federais, o DIPOA, CIPAMA que são órgãos de fiscalização de produtos de origem animal.

E tivemos, nestes últimos dias, através desses órgãos fiscalizadores, a retirada do comércio de Curitiba — não pude apurar ainda o tipo e a procedência — mas por falta absoluta de condições sanitárias, por adulteração, foi retirado do comércio, 18 mil litros de leite, diários.

E os Comandos Sanitários atuam mais energicamente nas oportu-nidades em que a técnica e a estatística nos comprovam as maiores oportu-nidades de contaminação, como por exemplo, o controle do pescado na época da Semana Santa; os problemas do chocolate e doces, na época da Páscoa, e assim por diante, em termos de intensificação.

Mas, os Comandos Sanitários continuam em atividade permanente. E vimos, a questão de 10 dias, mais ou menos, a contratação de 7 Inspe-tores de Saneamento, com cursos de Agentes Sanitários, de duração de 4 meses e mais dois Inspectores de Saneamento, com curso de mais três me-ses. Esses cursos todos são dados pela Escola de Saúde Pública que é vin-culada à Universidade Federal, e visam a formação exclusiva de técnicos em trabalho de Saúde Pública, para as prefeituras, e outros órgãos que necessitam. Para os Educadores Sanitários é exigido um gabarito maior, qual seja, diploma de professor normalista e para os Inspectores Sanitários é exigido o diploma de curso ginásial, como condição inicial para se fazer o curso.

Então, nobre Deputado Valter Pietrângelo, gostaria de, colaboran-do com seu requerimento, fazer pronunciamento, no sentido de ser este ativado esse setor; não haverá necessidade de ser instalado, porque ele já existe.

Haverei de, oportunamente, fazer novo pronunciamento sobre o setor de Saneamento, com relação ao problema momentâneo, porque somos representantes do povo, e através desta tribuna, vamos procurar levar esses problemas à Secretaria competente para que ela, através de informações que não aquelas do seu quadro, funcionem permanente, pos-sam ser enriquecidas com dados estatísticos traduzindo, a própria comu-nidade através dos seus representantes e assim juntos elaborarmos talvez uma planificação momentânea para os problemas também momentâneos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão; em votação. — *Aprovado.* Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constan-te do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitan-do seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, pedindo esclarecimentos com relação a situação atual do funcionalismo público do Estado. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, muito embora a oposição diga o contrário, a bancada da ARENA tem permitido que praticamente 99 por cento dos Pedidos de Informa-ções procedentes da ilustrada bancada do MDB, tenham aprovação por parte da bancada da Aliança Renovadora Nacional, é quase que uma nor-ma instituída no Plenário desta Casa, e gostaria, Sr. Presidente, de signifi-car ao Sr. Deputado Otássio Pereira, que, nós pretendemos dar acolhida ao seu requerimento, se Sua Excelência permitir algumas alterações, princi-palmente porque afirmações feitas neste expediente atribuem a mim de-clarações que estão contidas de forma errônea, no requerimento.

Diz Sua Excelência que o líder do Governo desta Casa declarou aos jornais que o Paraná possui 94.000 funcionários — eu afirmei que o Para-ná possui 98.720 funcionários públicos da administração direta e autárqui-cas, dos quais não a maioria, como Sua Excelência havia afirmado mas apenas 14.510, ou seja, não 14 por cento como Sua Excelência afirma no requerimento mas 14,8 por cento deles, com vencimentos a nível nunca alguém mas sempre além dos níveis do salário mínimo. O Governo do Es-tado antes mesmo de qualquer pretendida solicitação de qualquer Sr. Deputado mandou que o pessoal principalmente o recibado, o tarifário, os trabalhadores braçais que são os que ganham este nível, tivessem seus salários reajustados tão logo o Presidente da República decretou os novos níveis de salário mínimo.

Além destes reparos, Sr. Presidente, consulto Sua Excelência Depu-tado Otássio Pereira, e tão somente para impedir, para não permitir que um Secretário de Estado deixe de cumprir o estatuído na nossa Carta Estadual, que dá ao Secretário 30 dias para responder ao Sr. Deputado sob pena de crime de responsabilidade e gostaria de apelar ao Sr. Deputado no sentido de que nos acolhendo todas as indagações, ele permitisse suas que espungíssemos do seu requerimento tão somente uma exigência, a do fornecimento de uma relação discriminada. Quer me parecer que o que S. Exa. pretendeu é uma relação normal dos servidores do Estado, para que o Sr. Secretário pudesse fornecer uma relação com o número e as ca-tegorias funcionais com os vencimentos percebidos por cada um destes funcionário, cada categoria, porque é temerário pretender-se que o Gover-no levante em 30 dias, normalmente, todo o funcionalismo da adminis-tração indireta e direta. Então, para que a Liderança possa orientar a vo-tação deste expediente, pretender atender as indagações que V. Exa. for-mula, eminente Deputado Otássio Pereira, se V. Exa. concordar que além dos números que se deve alterar, porque foram aqueles fornecidos por mim em uma das sessões anteriores, se V. Exa. admite que se respondam todos os requisitos, exceção do que consta aqui do item 4º do requeri-mento de V. Exa. e uma relação discriminada do pessoal técnico universi-tário, para que as informações venham com uma relação numérica por categorias funcionais. Quer me parecer, Sr. Presidente, que, regimental-mente, novamente esta liderança está impedida de formular um pedido a V. Exa. porque, encerrada a discussão em fase de votação, o Regimento nos impede o adiamento da votação, porque, nas sessões, como seria o convencionado por esta Liderança e o eminente Deputado autor do requi-rimento e já no encaminhamento da votação, se V. Exa. permitir até, nu-ma questão de ordem, ou pela ordem, consultaria a V. Exa. se permitiria ao eminente Deputado autor do requerimento, desde que concorde com a alteração na formulação antes da votação. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – A Presidência informa que, encerrada a discussão, a Mesa não tem como receber emendas.

A não ser que o deputado retire seu requerimento e o reapresente amanhã.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Sr. Presidente, atendendo o apelo do líder da ARENA, solicitamos que nosso requerimento seja retirado de pauta por uma sessão.

O SR. PRESIDENTE – O requerimento não pode ser retirado. Só se for para ser reformulado em outros termos.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Então retiro para reapresentar com nova redação, atendendo solicitação do deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI (Pela Ordem).

Sr. Presidente, só para significar que a bancada da ARENA estará comprometida com a bancada do MDB em votar pela aprovação do requerimento com as alterações que S. Exa. inserir na reformulação do mesmo.

O SR. PRESIDENTE – Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Enéas Faria e José Domingos Scarpelini, constante de Expediente de Sessão anterior, em que foi aprovado requerimento para votação nominal, com sua discussão adiada, solicitando o comparecimento do Sr. Secretário de Educação e Cultura a esta Casa, para prestar informações sobre a política educacional do Estado do Paraná.

Em discussão. Encerrada a discussão. – Em votação.

O SR. ENÉAS FARIA – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. IVO THOMAZONI – (Pela Ordem)

Sr. Presidente, não vai nesta questão de ordem nenhuma má vontade, e sei que posso contar com a compreensão do Deputado Enéas Faria, que prezo, admiro e sinto-me satisfeito sempre que tenho a oportunidade de ouvi-lo da tribuna.

Mas, para que se respeite o regimento interno, consultaria a Presidência se a Mesa tem condições de anunciar qual dos Srs. Deputados já falou ao encaminhamento de votação deste requerimento, porque quer me parecer que cada deputado não pode falar mais de uma vez no encaminhamento da votação. Não é no sentido de obstaculizar a palavra do ilustre Deputado, mas tão somente para que esta Liderança fique a par da situação.

O SR. PRESIDENTE – A Presidência, respondendo a questão de Ordem, diz que já falaram os Deputados: Ivo Thomazoni e Gilberto Carvalho. Outros oradores usaram da palavra na parte da verificação mas não no encaminhamento da votação.

Mas, a Presidência vai solicitar ao Sr. Segundo Secretário a leitura da Ata na parte que se refere ao encaminhamento desse requerimento.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (LÊ ATA)

O SR. IVO THOMAZONI – Dou-me por satisfeito, Sr. Presidente, na para do esclarecimento de minha questão de ordem com a leitura da Ata.

Muito obrigado.

O SR. ENÉAS FARIA (Para encaminhamento de votação).

Senhor Presidente, quero ter a certeza que o eminente líder do Governo, nesta Casa, com toda a certeza – volto a repetir – não buscou obstaculizar que este Deputado usasse da palavra.

Quero ter a convicção de que o nobre líder governista não tentou, com a atitude que teve – e quero dar meu testemunho – a intenção de impedir que, neste plenário, mais uma vez, se viesse discutir graves problemas da Educação do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, critico, e veementemente, que uma sessão desta Casa, conclusivamente, o eminente líder Ivo Thomazoni afirmava que a sua bancada não permitiria a aprovação deste requerimento. E o fez, com certeza, no calor dos debates, porque estava sozinho sustentando a tese que, entendo, deve sustentar, defendendo a posição que lhe cabia defender.

Mas, e como agora, Sr. Presidente, como um dos autores deste requerimento, e passado o ardor da polêmica, reafirmar que a intenção que nos moveu, tomando essa iniciativa, não foi e não é, em instante algum nos preocupou ser deselegante, sermos agressivos com o Sr. Secretário da Educação e Cultura. Não pretendemos e talvez até nos faleça condição para que proporcionemos a vinda de S. Exa. a esta Casa. Poderíamos, quem sabe até mesmo, manter o mesmo nível de debate, que o Sr. Secretário eu quero crer, seja homem que entende de educação, é especialista em educação,

professor emérito, portanto, para aqui viria num patamar mais elevado, discutir não com o técnico, não com o educador, mas, com um colegiado de homem que pretende buscar uma solução para este problema, que pretende, mesmo que modestamente, contribuir no encaminhamento desta questão.

Parece, Sr. Presidente, Srs. Deputados que não cabe mais, a esta hora, estar aqui a fazer apelos porque a responsabilidade que temos nesta Casa deve ter feito que, cada um de per si e globalmente as bancadas, tivessem estudado, com o tempo suficiente, sobre a posição que hoje vamos adotar. Portanto, não vai um apelo e volto a dizer, nem o caberia. O que pretendo dizer e que volto a repetir e que insisto em propalar, Sr. Deputado, é de que a educação tem de ser pensada a problemas da educação, tem que ser resolvida.

Senhores, não será pelo silêncio, não será pela distância, não será pela omissão que nós haveremos de devolver ao povo do Paraná aquilo que ele está a esperar de nós, e, volto a repetir não vejo porque, porque não a descortesia, porque não a deselegância, porque não a agressividade, porque não possa S. Exa. o Sr. Secretário da Educação e Cultura, vir a esta Casa dialogar com os Senhores Deputados, não vejo e não encontro resposta para isto, porque, Sr. Presidente, se assim o fizéssemos, se praticássemos este ato dentro das normas éticas que têm regido, e orientado a nossa convivência, aqui, e efetivamente, buscando valorizar o Poder Legislativo, não vejo em que possa ser denegrido o Poder Executivo quando buscamos na regra constitucional, a atitude que cabe a este Poder, ao Poder Legislativo.

Não quero também, Senhores, entrar em outras considerações mas, devo testemunhar que não será nosso objetivo, se aqui vier o Sr. Secretário outro senão o de pretendermos analisar a política educacional para o Paraná. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Em votação o requerimento.

O SR. TRAJANO BASTOS – Srs. Presidente, Srs. Deputados.

Quando se pretende a convocação de um Secretário de Estado para o nível de parlamento, discutir problemas que dizem de perto ao interesse do povo do Paraná e muito principalmente ao problema da educação, queremos crer, Srs. Deputados, que não há nesta iniciativa qualquer desdouro, qualquer demonstração de falta de respeito para com o titular de qualquer pasta que seja. Muito pelo contrário, está neste instante o Parlamento do Paraná usando de uma atribuição que lhe confere a Constituição do Estado do Paraná no seu Artigo 20.

Queremos e pretendemos a vinda de S. Exa. o Sr. Secretário de Educação e Cultura, nesta Casa do Povo, para que possamos discutir com ele, pessoalmente, os interesses e os problemas da educação do Paraná. Queremos, Srs. Deputados, conversar, a nível de parlamento, com S. Exa. o Sr. Secretário de Educação sobre o aumento de vagas para o concurso prometido pelo Governo anterior, criadas em número apenas de 1500.

Gostaríamos de ouvir de S. Exa. sobre a nomeação dos que fizeram o último concurso de 1971 aprovados, mas não aproveitados pelo Governo, sob a alegação de que não haviam vagas orçamentárias para estes, mas que em tempo hábil entraram com requerimento para nomeação.

Gostaríamos de ouvir de S. Exa. sobre o concurso público de provas e títulos, para o ingresso na carreira do Magistério, conforme resolução do I Congresso de professores licenciados do Paraná, realizado em Apucarana dos dias 7, 8 e 9 de fevereiro de 1974.

Gostaríamos de conversar com S. Exa. sobre o propalado Estatuto do Magistério do Paraná, já elaborado:

PRIMEIRO – Por comissão nomeada pelo Governo do Estado.

SEGUNDO – Por comissão constituída pelo SEC.

Foi entregue ao Governo anterior memorial com mais de 8 mil assinaturas de Professores, pedindo encaminhamento a esta nobre Casa de Leis, até o "Dia do Professor".

Gostaríamos de ouvir, com a autoridade de S. Exa. o Secretário de Educação, sobre a Lei de Gratificação de Produtividade.

A APLP, nas gestões de 1967 a 1969, do Sr. Presidente, Prof. Westphalen, lutou em "Campanha pró nível universitário", para os professores portadores do título de licenciados.

Gostaríamos de conversar com S. Exa. sobre a extensão das vantagens do OCLT para os professores suplementaristas, concedendo direito de recebimento de 13o. salário, salário-família, descanso remunerado e estabilidade aos dez anos de serviço.

Gostaríamos de parlamentar com S. Exa. sobre o quadro próprio para o Magistério que iniciando no atual sistema no nível 22 e terminando no 24, não há critério de promoção. Logo não há estímulo.

Gostaríamos de conversar com S. Exa. sobre o retorno da lista triplíce para direção de estabelecimentos estaduais de Ensino.

Gostaríamos de saber o sobre pagamento pontual aos professores suplementaristas, mediante contratação das direções e fornecimento, de listas de contratados para SEC, Inspetoria e Fonte Pagadora.

Gostaríamos de conversar com S. Exa. a nível de parlamento - repito - sobre o cumprimento à Lei 6567, publicada no Diário Oficial 76, que proíbe o desconto compulsório na folha de professorado.

Então, Sr. Presidente, teríamos condições de ouvir de viva voz, do Sr. Secretário de Educação e Cultura, que, temos certeza, viria a esta Casa. E com a competência que caracteriza S. Exa. no ensino do Paraná, ele teria condições de trazer todas essas informações ao conhecimento dos Srs. Deputados e apontar as soluções para o problema do Ensino em nosso Estado.

Ou será, Srs. Deputados, que, porventura, a Secretaria de Educação tem tanta culpa em cartório que arreceia um encontro público com os Parlamentares deste Estado;

O que há de tão grave, de tão sério, de tão amedrontador, na Secretaria de Educação, que uma simples convocação ao Secretário provoque tanta trama, tanto pânico e tanto temor.

Queremos crer, permitam-me, Srs. Deputados da Arena, que, a nosso ver, tem o Exmo. Sr. Secretário da Educação todos os dados técnicos, as argumentações e toda a capacidade pessoal para vir a este Parlamento, discutir, a nível de parlamento, com os representantes do povo, estes problemas que estão sendo vividos pelo Magistério do Paraná.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa comunica que está esgotado o tempo concedido a V. Exa.

O SR. TRAJANO BASTOS - Obrigado.

Poderia V. Exa. me conceder mais um minuto?

Nesta sessão de hoje, gostaria de citar um pensamento de Shaw, diz: "Liberdade significa responsabilidade. E é por isso que tantos homens a temem."

Fica no ar essa pergunta, fica no ar, nesta sessão, a reafirmação do problema.

Queremos acreditar que não será por parte dos ilustres Deputados da Arena que não teremos, aqui, a presença honrosa para este Legislativo, do Sr. Secretário da Educação, para discutir com os Srs. Deputados problemas tão sérios e que tanto preocupam os homens deste Estado.

Era só - Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Continua em votação.

O SR. LÚCIO MACHADO - Para encaminhar à votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos preocupa, no exercício da função parlamentar, na atual conjuntura política paranaense, e a preocupação da bancada do Governo-, em vetar a pretensão dos objetos requeridos, quando esses requerimentos versam no sentido de convocar Secretários de Estado para aqui virem prestar esclarecimentos, e receber declarações de justiça.

Naturalmente será um acervo altamente benéfico para o próprio Governo.

Eu não vejo porque ficarmos há poucos dias neste plenário, noite

a dentro, vista até a obstrução de quorum para que não se desse apoio ao requerimento de convocação de um Secretário de Estado, para que o mesmo viesse raciocinar e dialogar com os representantes legítimos do Paraná. Sentimos que não temos função, como Deputado Estadual, porque a preocupação da representação inteligente, ativa, educada, preclara do Governo do Estado não permite. Não sei porque, naturalmente por medo que os Srs. Secretários venham dialogar com os legítimos representantes do Paraná. Eu tenho, nestes 3 meses de queixas e reclamações profundas e altamente objetivas de professoras de nível primário e de professoras suplementaristas, queixas estas que poderíamos qualificar como fato altamente perigoso, como fato constituinte de crime da própria Secretaria de Educação, talvez por falta de orientação, por falta de diálogo, por falta de percepção de que é discutindo, é debatendo, é dialogando que se chega ao conhecimento maior.

Eu pediria, nesta oportunidade, aos ilustres homens públicos parlamentares do partido do Governo, que permitam votação a favor deste requerimento e de tantos outros que aqui venham, em sentido de convocação de Secretários de Estado para aqui prestarem esclarecimentos, para que dialoguem com os parlamentares das duas bancadas, porque assim procedendo S. Exa. estarão acima de tudo valorizando o Governo do Estado do Paraná, valorizando o seu secretariado que está precisando principalmente o Secretário de Educação e Cultura, de mais orientação para sair do emaranhado de quase 15 anos de erros abusivos dentro da estrutura daquela secretaria. O próprio Secretário de Educação e Cultura, há poucos dias disse, com suas palavras expressas de sua própria boca aqui nesta Casa, que a Secretaria tem a metade dos seus funcionários afastados, para outros departamentos, e, a metade da metade que sobra, vive em permanente e constante licença para tratamento de saúde, e que, tantos são os erros existentes na estrutura administrativa da Secretaria de Educação e Cultura, que, nem pessoal, disse o Sr. Secretário, ele tem para movimentar esta pasta.

É isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Continua em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Para encaminhar à votação).

Sr. Presidente, naturalmente não pretendia eu fazer uso da palavra, já que o assunto foi sobejamente discutido, mas queríamos apenas reafirmar que é preocupação da nossa bancada, que as coisas na educação sejam bem conduzidas. Nós também, Deputados da ARENA, queremos e havemos de ouvir, da tribuna desta Casa, S. Exa. o Sr. Secretário de Educação Sr. Borsari Netto, para esclarecer o que se está a fazer e o que o Governo pretende em favor da educação paranaense.

Falou o nobre Deputado Enéas Faria da omissão e silêncio desta Casa quando ela deve procurar em alto e bom som o encaminhamento daquilo que redunde, juntamente com o Sr. Secretário, das coisas de interesse maior que é a educação. Não há omissão desta Casa nem silêncio desta Casa, tanto por parte dos Srs. Deputados do MDB como de nossa parte. Sempre esta Casa esteve presente às coisas da educação do Paraná. Muitos são os problemas, são enormes, mas sabemos perfeitamente que esta Casa recebeu a visita cordial, amigável, aberta, franca do Deputado Borsari Netto, que falou com todos os Deputados que se encontravam no recinto na ocasião, mais como amigo e falando às claras, e pretende, posso dizer, nos contatos que mantive com S. Exa. o Sr. Secretário da Educação pretende ele vir aqui, talvez espontaneamente, talvez até partindo a convocação de algum deputado desta bancada da Arena, ou mesmo do MDB, ou por solicitação sua, Secretário, de vir a esta Casa prestar esclarecimentos.

O Deputado Trajano Bastos falou em receio de responsabilidade. Não há nenhum receio da parte do Sr. Secretário para falar sobre o quadro próprio do Magistério, sobre o tão discutido e explorado Estatuto do Magistério, e da aposentadoria dos professores. Ora, um Secretário que está há poucos meses numa Secretaria complexa como a Educação, não pode vir aqui para, apto e consciente, responder a todas estas perguntas. Sabemos perfeitamente que não teme o Sr. Secretário nenhuma descortesia, principalmente dos Srs. Parlamentares da bancada do MDB, porque nós conhecemos perfeitamente a sua maneira cavalheiresca.

O Secretário atual nunca se esquivou, as portas do seu Gabinete sempre estiveram abertas para nós, Deputados da Arena e do MDB. Assim sendo, queremos apenas fazer este registro, não há temor nem omissão da bancada da Arena. Ao contrário, também queremos ouvir o Sr. Secretário mas daqui a dois ou três meses, quem sabe, quando S. Exa. estiver apto para trazer a esta Casa as respostas às perguntas que serão feitas. Tenho certeza que virá aqui o Sr. Secretário num encontro cordial que será entre o Secretário e ambas as bancadas desta Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaríamos de, neste momento, talvez contradizendo as palavras do nobre Deputado Basílio Zanusso, afirmar que aqui já estamos acerca de três meses e neste espaço de tempo, o exemplo que nos traz o "Estado de São Paulo", e tenho o jornal "Crítica", desta semana, não está sendo seguido nesta Casa.

Permitam-me ler alguns tópicos: "O Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo convidou os secretários do Governo para uma reunião realizada quarta-feira, dia 7. Todos compareceram. Os presidentes e vice-presidentes das diversas Comissões Técnicas do Poder Legislativo foram apresentados. Os Secretários demonstraram muito interesse no entrosamento com os deputados. Foi um primeiro passo para o entendimento entre o Poder Legislativo e o Legislativo paulistas".

"O Secretário da Justiça, Manoel Pedro Pimentel, que representou os titulares de 14 pastas da administração estadual durante a reunião, disse: "Sem o diálogo correremos o risco de ver afundar o barco da democracia. Nós, do Executivo, retornaremos à Assembléia sempre que se faça do interesse do bom andamento de diálogo entre os dois Poderes".

Este Secretário, como sabem, representou 14 Secretários de um Gove no da ARENA, de um dos governadores que é um dos líderes da ARENA.

Diz ainda o jornal: "Para o Deputado Alberto Goldman líder da Maioria emedebista da Assembléia, este foi um "encontro inédito e simbólico que representa um entrosamento necessário há muito tempo".

"O líder arenista, Deputado Nabi Chedid, afirmou que o comparecimento dos secretários foi uma prova de que o Governo atual está e estará permanentemente aberto ao diálogo". E este é um motivo de orgulho para a liderança da ARENA, que não pode se furtar de elogiar a atitude do Governador".

"O Presidente da Comissão de Higiene e Saúde, Deputado Abraham Dabó (ARENA), situou o encontro como uma "iniciativa pioneira na história parlamentar paulista", que retrata a nova filosofia governamentalista desta Governo".

E a seguir a declaração de outro Secretário e eu disse que estaria a comentar as palavras do Deputado Basílio Zanusso com o que apresentei deste jornal. E o faço porque vejo bem as coisas que se passam no Paraná. Houve uma reação das classes produtoras, para o Estado que continue com a manutenção da TELEPAR, Solicitamos a presença aqui do Secretário do Interior e, no entanto, as declarações foram prestadas a ilustre jornalista desta terra.

Todos os dias fazemos requerimentos pedindo informações sobre a situação das estradas paranaenses, sobre a Central do Paraná e tantos outros pedidos relacionados com estradas. O Secretário dos Transportes veio a esta Casa para falar apenas com os homens da ARENA. E os deputados da ARENA querem que fiquemos calados.

Infelizmente o caminho da convocação do Secretário é o único que nos resta para prestar contas ao professorado do Estado, aos que diariamente estão numa sala de aula, aquilo que pregamos durante a campanha.

Se não vem o Secretário por convocação, que mais poderemos fazer? Vejo que é chegado o momento para darmos uma personalidade a esta Casa, não para que entremos aqui de gravata, ou fiquemos sobre os tapetes maravilhosos, mas a personalidade para sermos, realmente, um Legislativo forte. Porque, se nada existe dentro da Secretaria de Educação, tenho certeza que o eminente Secretário Borsari Netto, um dos homens mais dignos deste Estado, faço questão de dizer isso, porque o conheço

desde os tempos universitários., o Sr. Secretário aqui estaria de livre e espontânea vontade, se lhe fosse dado escolher.

Infelizmente, chego a acreditar que atrás de tudo isso alguma coisa de muito grave deve existir.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Presidente, gostaria de trazer uma informação à Casa e que se prende ao seguinte: o Presidente da Comissão de Agricultura desta Casa, informa que o Sr. Secretário da Agricultura estará aqui, depois de amanhã, para prestar esclarecimentos.

Mais uma informação: na próxima semana, o Sr. Secretários dos Transportes, virá a esta Casa trazer esclarecimentos de assuntos relativos à sua Pasta e para dialogar com os Srs. Deputados.

Eram essas as informações que julgo oportuna, neste momento.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência vai complementar a informação do nobre Deputado Ivo Thomazoni: o Sr. Secretário da Agricultura estará na Sala das Comissões, às 10,30, dia 22.

O SR. DENI SCHWARTZ — Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com tristeza que aqui vimos a bancada do Governo, a bancada da Arena, dizer que não é o momento para o Sr. Secretário da Educação vir a esta Casa, falar sobre problemas atinentes à Educação do Paraná.

Ouvimos o Líder do Governo dizer que virão, em dias breves, a esta Casa, dois ilustres Secretários do Governo do Estado, para trazerem esclarecimentos, para debaterem assuntos relativos às suas Pastas.

Mas, nós, do MDB, desejamos a presença do Sr. Secretário da Educação.

E eu, desde criança, ouço falar em lobisomem, mas nunca vi. E nós ouvimos falar da vinda de Secretários a esta Casa, para debater assuntos atinentes às suas Secretarias, mas nunca vimos.

Falou o ilustre Deputado Basílio Zanusso, que haveria oportunidade para que o Sr. Secretário da Educação venha a esta Casa. Mas, se não houver essa oportunidade?

Gostaríamos da presença de S. Exa. para aqui, em alto nível, discutirmos os problemas daquela Secretaria.

Mas, Srs. Deputados, se não bastasse a Lei 477, que afasta das universidades a ação política da juventude.

Se não bastasse o alto custo do nível universitário, neste País, e neste Estado, ainda vemos que o Estatuto do Magistério Público, condizente com a realidade, venha a esta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputados, é com tristeza que plenário, hoje, para levar a todos os cantos do Paraná a minha palavra de decepção.

Sr. Presidente, mais vale lembrar nesta hora o imortal estadista John Fitzgerald Kennedy, quando ensinou ao mundo que "o merecimento maior é do homem que se encontra no campo de luta com o rosto manchado de poeira, suor e sangue, que conhece os grandes sacrifícios os grandes entusiasmos, e se fracassar, fracassou por ousar grandes coisas, e, por isto seu lugar, não poderá nunca ser tomado por almas frias que não conhecem derrotas".

Aos Deputados aqui presentes quero dizer que ainda não conheço o segredo da vida, porque no momento em que o conhecer o será pela morte, porque ela não é senão, o segredo da vida.

Agradeço a todos os Senhores pela presença e agradeço aos Senhores também se me chamarem a atenção, pois é assim que iremos caminhando e aprendendo, apesar de que, na hoje modifica a minha opinião.

O nosso agradecimento, o nosso muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Relembrando as palavras do eminente companheiro Enéas Faria, vimos à tribuna para relembrar aos companheiros da Arena que pretendemos na presença de S. Exa. o Sr. Secretário de Educação e Cultura Sr. Bor-

sari Netto, manter efetivamente um diálogo com respeito, com diplomacia e, sobretudo com objetividade. Para que possamos, deste encontro, apesar que S. Exa. o Sr. Secretário de Educação estar ainda no início de sua administração, alcançar os objetivos que todos nós almejamos. Já tivemos oportunidade de, apesar de pouco espaço em que tentamos nesta Casa semear algo de útil pela comunidade paranaense, manter diversos entendimentos com professores. E há, na classe, aquele anseio, aquele desejo de aprimoramento e longe de nós, todos Deputados do MDB, de duvidar, de subestimar a boa vontade, o cavalheirismo, o serviço, o esforço, o denodo dos nossos brilhantes companheiros do Partido da situação nesta meta de lutar pelo aprimoramento público da comunidade paranaense, principalmente da classe trabalhadora do nosso Estado. Acreditamos perfeitamente e outro não é o objetivo dos nossos caríssimos companheiros da Arena. Por esta razão, vimos formular ao nível da bancada da situação, Deputado Ivo Thomazoni, e se não puder convocar a sua bancada para aprovar conosco esta convocação, que pelo menos a libere para que este requerimento seja aprovado. E, conseqüentemente nós possamos ter este diálogo cavalheiresco, objetivo, com S. Exa. o Sr. Secretário dos Negócios da Educação, Sr. Borsari Netto. Poderia o Secretário de Educação nos dizer aqui que ainda não houve condições cronológicas de percepção dos problemas fundamentais de sua pasta e que por outro lado também ainda não houve tempo de mobilizar as atitudes para sanar, mas quero confessar aos meus ilustrados e conceituados companheiros do partido situacionista que o Secretário Borsari Netto há de ficar profundamente frustrado se lhe for negada esta oportunidade.

Aqui, nesta tribuna, o Secretário Borsari Netto terá a classe do professorado a lhe ouvir, a lhe assistir. Estaremos nós a lhe formular questões e a ouvir suas respostas.

Por outro lado ele terá a mesma oportunidade de demonstrar o seu trabalho, de realçar, a todos nós, à imprensa e à bateria de telex nesta Casa, o que já fez, o que está fazendo, determinando seus objetivos, mostrando o seu pensamento e resumindo já o trabalho profícuo que deve ter executado em prol do aprimoramento do ensino paranaense.

Se assim não for sob todos os aspectos demonstrado, meus nobres companheiros, a vinda do Secretário Borsari Netto, aqui será altamente benéfica ao encontro de pontos de vista, a um denominador comum nesta busca em que ARENA, MDB, professorado do Paraná, Executivo e Legislativo devem se somar para alcançar os objetivos que todos pretendemos.

O Secretário Borsari Netto já informou que fez alguma coisa. Já informou que fez alguma coisa. Já determinou problemas existentes. Há necessidade deste contacto, como diz o Deputado Trajano Bastos para que se sinta, no exercício do setor educacional, que buscamos, encontrar pelos mesmos caminhos a seguir.

Volto a apelar ao líder da ARENA que se não puder dar apoio unânime a esta matéria legislativa, que pelos menos libere sua bancada. E o professorado do Paraná saberá, através dos órgãos de comunicação, o resultado desta votação de que o governo parece dar mostras de que não busca outro caminho para o setor educacional do Estado, a não ser protelar a solução do problema, a não ser ganhar tempo.

E nós haveremos, além do primeiro Estatuto do Magistério, já elaborado e não oficializado, além do terceiro Estatuto do Magistério já elaborado e não oficializado, haveremos de ter o quarto Estatuto do Magistério que, por problema cronológico, também não será oficializado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. DEL CIEL — (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não fossem algumas infelizes acertivas, não haveria justificativa para nossa presença, nesta tribuna, visto que nossos companheiros de partido muito bem focalizaram todos os aspectos do assunto.

Mas, pelo respeito ao Estado do Paraná, pelo respeito que se deva a Secretário de Estado, para que venha a esta tribuna, para contestar as afirmativas infelizes que colocam o Sr. Secretário da Educação na posição de aprendiz administrativo.

O atual Secretário da Educação deve ser o homem capaz, é um homem capaz — tenho certeza — em razão da própria condição intelectual e

de professor é que lhe foi confiada a pasta mais importante do setor administrativo do Estado do Paraná.

Lembro-me de um anunciado por um eminente Presidente da República, líder do partido governista, "homem do meu tempo, tenho pressa".

Não podemos permitir para o Estado do Paraná, a lentidão na implantação da justiça ao Magistério Público do Estado.

E é em defesa do nosso Estado e da cultura, é que vimos a esta tribuna pedir aos deputados governistas que permitam ao Sr. Secretário da Educação vir a esta Casa para ter oportunidade de prestar esclarecimentos em relação aos assuntos de sua pasta.

S. Exa. terá condições de situar a condição de centenas de professores suplementaristas do Paraná e haverá, por certo, com a sua capacidade, encontrar, juntamente com os parlamentares, as soluções para os problemas que escravizam, que marcam e que sacrificam a essas centenas de professores suplementaristas de nosso Estado.

Haverá S. Exa. de encontrar, juntamente com esta Casa, o mesmo caminho, a mesma estrada percorrida pelo Estado vizinho, São Paulo, onde também vigora a Lei 5.692. Estado que dá um exemplo para todo este País, para toda esta Nação, anunciando concurso para o Magistério Público com 4.000 vagas, concurso este que não mais se realiza neste Estado desde 1971, como tivemos oportunidade de aqui anunciar em um outro pronunciamento.

Haverá, o ilustre Secretário de Educação e Cultura, de trazer a esta Casa a justificativa que deve existir para a decisão que culminou com o recolhimento de salários de professores suplementaristas no que respeita ao seu último vencimento, quando estamos vendo centenas e centenas de professores prejudicados pela devolução de poucos, após terem conhecimento do crédito que lhe havia sido feito no Banco do Estado do Paraná. Haverá o Sr. Secretário de Educação e Cultura, com toda a sua capacidade, dialogando conosco, de encontrar os melhores caminhos para os destinos da educação deste Estado que caminha, como já disse, a passos lentos, marcando profundamente o nosso Magistério, refletindo profundamente nas nossas crianças e na juventude paranaense.

Esperamos que esta Casa não furte ao Paraná a oportunidade de ocupar a posição de respeito aos demais Estados da República Federativa do Brasil, vetando o direito e a intenção do Sr. Secretário da Educação e Cultura de atender uma solicitação da bancada emedebista.

Anunciou vibrante, o líder arenista, há poucos instantes, a visita de 2 ilustres Secretários de Estado, a esta Casa, que aqui comparecerão para dialogar a nível de Comissão, a nível de Comissão Técnica, com os Srs. Deputados. Por que não honraria a todos, o parlamentar paranaense, por que não ofereceria oportunidade a todos os Deputados do Paraná, de manterem um contacto com os Secretários anunciados, e, também, com o Sr. Secretário de Educação e Cultura? Estou certo que Borsari Netto pela sua própria formação, aceitou a responsabilidade de gerir, de administrar a Secretaria de Educação e Cultura; ciente da sua capacidade, da sua condição, encontrará Sua Excelência os melhores destinos e os melhores caminhos, as melhores soluções para o quadro educacional no Estado do Paraná. Deverá estar ele ansioso por aqui comparecer como ansiosa está a bancada do MDB para, com tão ilustre homem dialogar, para com tão ilustre autoridade debater. Pedimos aos companheiros do partido governista que não furem a todos nós, principalmente...

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência adverte o nobre orador, que o seu tempo está esgotado, resta-lhe um minuto para concluir.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — ... apelava eu aos nobres companheiros, pela oportunidade de um contacto com o Sr. Secretário de Educação e Cultura, com o respeito que esta Casa sempre deu e dará a todos as autoridades que aqui comparecerem e que ainda nos honrarão com suas presenças.

Portanto, prezados companheiros, o partido do Governo que não furet ao Magistério paranaense que não furte ao nosso Estado, a oportunidade de se estabelecer novos caminhos em busca da recuperação de todo o quadro educacional, em todo o Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação. — O Sr. Secretário fará a chamada dos Srs. Deputados para a votação nominal. Os Srs. Deputados que

votarem sim estão aprovando o requerimento. Os que votarem "não", estão rejeitando.

25 Srs. Deputados responderam "não".

19 Srs. Deputados responderam "sim".

Rejeitado o Requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento do Sr. Accioly Filho, sobre estatização das estações de televisão, publicado no jornal "Panorama" de Londrina. — Em discussão.

O SR. ACCIOLY NETO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica Transferida a discussão para a próxima sessão.

A Mesa comunica ao Sr. Deputado Otássio Pereira, que o jornal não pode ser anexado ao requerimento. Pode apenas ser transcrita a reportagem. Pede ao nobre autor que modifique a redação do requerimento.

Nada havendo a tratar, declaro encerrada presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 166/72, 52/74 e 53/74.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 175/74.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 149/74 e 181/74.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO IVO THOMAZONI, EM SESSÃO DO DIA 20 DE MAIO DE 1975.

CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON

Prof. Waldyr Jansen de Mello

"Morrer, se necessário for; matar nunca!"

Estas palavras imorredouras, partidas de um corpo de acendrado amor: nossa Pátria, dão início à nossa palestra sobre um dos maiores vultos da história de nosso país — ao legendário Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

Traçar, de forma resumida, a grande vida desse patriota, nascido a 110 anos passados, em 05 de maio de 1865, em plena Guerra com o Paraguai, na Sesmária de Morro Redondo, nos Campos de Mimoso, região pastoril de Mato Grosso, não será tarefa fácil tendo em vista sua inegável atuação, nos seus 93 anos de vida, sempre em favor de seu querido Brasil.

Já sua árvore genealógica de verdadeiro brasileiro, mostra ser descendente de português (bisavô), espanhol e guaianá (sua avó); seu pai descendia destes três grandes proprietários do Brasil que são o índio, o português e o espanhol; sua mãe era índia, descendente de terenos e bororós.

Cândido Mariano, seu pai, faleceu antes de seu nascimento (dezembro de 1864) e sua mãe, Claudina Lucas Evangelista, morreu 2 anos após. Aos sete anos, foi Rondon levado, por seu tio Manoel Rodrigues da Silva, para Cuiabá, onde fez o curso primário, concluindo-o em 1878, com 13 anos; a seguir foi estudar no Liceu Cuiabano, onde concluiu o curso em 1881, com 16 anos, sendo nomeado *Professor Primário*.

Sentindo pendor pela carreira militar, *assentou* praça no Regimento de Cavalaria (em Cuiabá), pois assim teria direito ao estudo gratuito na Escola Militar; em dezembro de 1881, já pertencia ao 3º Regimento de Artilharia a Cavalos, no Rio de Janeiro, sendo comandado por Hermes da Fonseca, que, mais tarde, foi Ministro da Guerra e Presidente da República, onde se projetou face à sua aplicação.

Em 1884, ingressou na Escola Militar, apesar das aperturas financeiras em que se encontrava, passando a ser excelente aluno, inclusive do grande professor de matemática, em 1885, *Benjamin Constant Botelho de Magalhães*, um dos vultos de nossa República, apelidado de "O MESTRE A LADO".

Em 1887, foi promovido a alferes-aluno, o que veio, pelo soldo que passou a receber, a minorar o grave problema financeiro que enfrentava.

Em 1888, já com os Cursos de Cavalaria, Infantaria e Artilharia,

tirou o de Estado Maior; em janeiro de 1890 recebeu o título de Engenheiro Militar, e o diploma de BACHAREL em matemática e Ciências Físicas e Naturais, aos 25 anos incompletos.

Nesta época, BENJAMIM CONSTAN, já exercia enormes influências num grande grupo de alunos da Escola Militar, liderando-os e influenciando bastante na promulgação da Lei Áurea (13 de maio de 1889), na Proclamação da República (15 de novembro de 1889). Ainda em 1888, DEODORO requereu à PRINCESA IZABEL, que não mais se utilizasse o Exército na captura de escravos fugitivos, o que lhe deu, como castigo, a transferência para Corumbá/Mato Grosso, de onde retornou no ano seguinte (1889) sob manifestação de alunos da Escola Militar, provocando rigoroso inquérito que resultou no desligamento voluntário de Euclides da Cunha, autor de "OS SERTÕES", por se insurgir contra o modo áspero de ser advertido na revista que o Ministro Tomaz Coelho passava na Escola Militar.

O positivista BENJAMIN CONSTANT não escondia suas idéias republicanas, pregando a doutrina de Augusto Conte; não podia aceitar que o futuro-governo imperial, nas mãos da Princesa Isabel, pudesse ser influenciado pelo Conde D'Eu, príncipe estrangeiro e seu esposo. Desejava, porém, dar a chefia deste movimento republicano a DEODORO.

Benjamin Constant precisava obter do Almirante Vandenkolk a informação de que a Marinha permitiria a saída da "BRIGADA ESTRATÉGICA" que era a força, do exército, rebelada contra o governo; foram portadores, dessa consulta, os dois "DISCÍPULOS AMADOS" do grande professor de Matemática, Tássio Fragoso e Cândido Rondon, que passaram a ser os elementos de ligação entre a Brigada e os oficiais revoltosos da Armada. Contando com a resposta afirmativa tão esperada, assumiu Benjamin Constant o Comando da Brigada Estratégica que tem, na sua guarda pessoal o pelotão de alferes-alunos que incluía Rondon. Deodoro, convidado, assumiu o Comando dos Revoltosos que se postaram em frente ao Quartel onde estava o Ministério reunido.

Florian Peixoto instado, pelo Ministro da Guerra, Visconde de Maracajú, dar a combate aos revolucionários recusou-se a cumprir a ordem; mais tarde, com o sangue derramado por um só ferimento, no braço, do Barão de Ladário, Ministro da Marinha, que não quis aceitar sua voz de detenção, o alferes-aluno Adolfo Pena Filho, abertos os portões do Quartel General, com a entrada de Benjamin Constant, Deodoro e toda a tropa, com um "VIVA A REPÚBLICA", a 15 de novembro de 1889, foi extinta a monarquia no Brasil e encerrado o período imperial.

Colaborou Rondon ativamente na concretização para a passagem ao regime republicano no Brasil.

No Governo de D. Pedro II, foi criada a COMISSÃO CONSTRUTORA DE LINHAS TELEGRÁFICAS, que visava ligar a cidade de Franca (Estado de São Paulo) a Uberaba, Goiás e Cuiabá, fazendo parte da mesma o então Major Antonio Ernesto Carneiro, o qual, encarregado do serviço inicial, já ultrapassara Uberaba quando ocorreu a Proclamação da República. Benjamin Constant, assume a Comissão, que tinha por objetivo agora, atingir Cuiabá; seu ajudante era Gomes Carneiro, que apresentou Rondon, matogrossense e primeiro lugar, como aluno na Escola Militar, para ser o outro ajudante.

Em dezembro de 1889, foi nomeado Rondon para esta missão; a 8 de janeiro de 1890, desligado da Escola Superior de Guerra, foi promovido a Segundo Tenente e três dias após a 11 de janeiro, promovido a 1º Tenente de Estado Maior e de 1ª classe, por serviços prestados na Proclamação da República. Fez Rondon estagio no Observatório Nacional, no Morro do Castelo, para praticar em observações astronômicas, e partiu, a 6 de março de 1890, para colaborar na expedição chefiada por Gomes Carneiro, na 1ª Comissão de penetração de nossos sertões, encarregada da construção da linha telegráfica Cuiabá-Araguaia. Nesta época, não se atingia Cuiabá por São Paulo e Triângulo Mineiro, e sim, por Montevidéu ou Buenos Aires, e a seguir, com pequenos navios que subiam o rio Paraguai até Mato Grosso.

Foi graduado no posto de Capitão engenheiro por Gomes Carneiro. Existia linha telegráfica até São Bento, a 42 km de Cuiabá; teriam de construir mais 84 km até Capim Branco, região pouco habitada; daí para a frente, era o setão bravo, a estrada de Anhanguera, com 600 km, onde estavam os índios bororós, que hostilizavam os brancos. Gomes Carneiro

PROIBIU que se atirasse nos índios, pois desejava pacificá-los, fixando cartazes telegráficos que dizia, entre outras palavras: "Quem, dora em diante, tentar matar ou afugentar índios de suas legítimas terras, terá de responder por este ato, perante a Chefia da Comissão".

Em junho de 1890 já estavam a 126 km de Cuiabá e a 474 km do objetivo final, em Registro do Araguaia.

Em 30 de junho de 1890, partiram, Gomes Carneiro e Rondon, para o sertão bruto, para Ponte de Pedra e depois Sagrandouro; esquivaram-se de ataque índio e atingiram no reconhecimento, a Registro de Araguaia. Retornaram a Ponte de Pedra onde Rondon, reassume o comando de sua turma para realizar os levantamentos topográficos da linha construída e para determinação das coordenadas dos pontos mais importantes, conforme missão recebida.

Gomes Carneiro fica doente e segue para Uberaba, passando o Comando da Missão a Rondon.

Em 13 meses Rondon instala 514 km de linha telegráfica na 1ª fase como sertanista. Dizia que os seus triunfos devia ao MESTRE AMADO DO EXÉRCITO, Benjamin Constant, e ao MESTRE AMADO DA SELVA Gomes Carneiro.

Em maio de 1891, retorna ao Rio para assumir a sua cadeira na Escola Militar, o que ocorreu a 1º de julho. Como Gomes Carneiro desejava que ele voltasse ao sertão para consolidar a linha construída, pediu demissão da cadeira de Astronomia e Mecânica para atender à solicitação desse seu amigo e chefe.

Casou-se a 1º de fevereiro de 1892, o Capitão Rondon, com Francisca ("Chiquita"), filha do seu antigo Professor, Dr. Xavier. A 6 de março de 1892, nomeado chefe do Distrito Telegráfico de Mato Grosso, partia, para Cuiabá, para assumir o posto.

Chegou, em junho de 1892, a Cuiabá, quando da conclusão da ligação Uberaba-Araguaia.

Sentia que devia proteger os índios; lançou, então, o seu lema: "MORRER, SE NECESSÁRIO FOR, MATAR, NUNCA".

Foi encarregado em 1893, também da construção da estrada estratégica Goiás-Cuiabá e do Comando de todos os destacamentos do sertão no roteiro da linha telegráfica.

Rondon demonstrou sua grande ENERGIA em 1894, quando soube de uma revolta dos soldados da Comissão que se entregavam a excessos na localidade de Quebra-Pote. Montou a cavalo, mandou reunir os oficiais e soldados e destacou um pelotão para cortar varas na mata próxima, tendo vergastado os soldados por uma hora (processo do Conde de Lipe, que se usava na época).

Instalou a seguir, sua família em Cascadura/Rio de Janeiro, e retornou ao sertão, por terra, pela primeira vez, fazendo a rota Rio-São Paulo-Uberaba, e depois, Cuiabá a cavalo.

Apesar de usar muito a expressão "Primeiro o soldado, o oficial fica com as sobras", foi obrigado novamente a drásticas atitudes disciplinares, pois houve conspiração para matá-lo e aos outros oficiais bem como para roubar o cofre; assim agira como única solução ao caso; apesar disto o Capitão Távora, do 8º Batalhão de Infantaria, reclamou contra o método usado por Rondon, que resultou em inquérito Militar, sendo os autos enviados ao Ministro da Guerra.

Em 1895 responde, ao Conselho de Guerra, sendo determinado, no Rio, pelo Ministro, o arquivamento do processo e Rondon louvado e agradecido pelos serviços prestados, em ordem do dia.

Em 1898 pediu demissão da função, por ter havido incidente com o Diretor Técnico dos Telégrafos. Foi nomeado Auxiliar Técnico da Intendência Geral da Guerra. Ingressa na igreja positivista, tornando-se inteiramente pacifista, com idéias de fraternidade.

Rondon, em julho de 1899, volta a Mato Grosso para restabelecer a chefia da Comissão Cuiabá-Corumbá, nas fronteiras da Bolívia e do Paraguai, ligando-as ao Rio de Janeiro.

Já em 1899 era festejado pelos índios que o admiravam. Apelou aos índios bororós que o ajudaram, de graça, pela comida e pelos presentes, nas turmas de abertura de picadas e instalação de postes e linhas. A única exigência índia era de serem dirigidos pelo próprio Rondon, porque "soldado não sabe nada e o chefe fala com paciência, bondade e em língua bororó".

Grileiros, ladrões e malfeitores brancos, como "CIVILIZADOS",

atacavam ou procuravam dar cado do índio, que era o "SELVAGEM", sempre que ajudava Rondon e suas turmas no sertão. . .

Passou Rondon 23 meses afastado da família; foi de novo, ao Rio a 17 de julho de 1902, levando, desta feita, o chefe bororó "Galinha Preta", para ser operado de um olho ferido. Regressou a Mato Grosso, levando sua família para Corumbá. Fez o reconhecimento para a linha que levaria a Coimbra. Em janeiro de 1904, Corumbá estava ligada pelo telégrafo e em primeiro de janeiro de 1905, o mesmo ocorre em Coimbra. Em dezembro de 1905, sua família retorna ao Rio pois os filhos estavam com necessidade de colégio.

Protegeu os índios contra os intrusos brancos que invadiam suas terras, expulsando-os e apaziguando os naturais.

A 15 de novembro de 1905, declara, na comemoração desta importante data nacional: "MELHOR AMA SUA PÁTRIA QUEM MELHOR A SERVE, E NÃO QUEM ANUNCIA AMÁ-LA".

Em 16 de janeiro de 1906 de novo chega ao Rio, a chamado do Ministro da Guerra.

"Artigo 44 - Parágrafo 32" - que significava resolução do problema por meio de rifle 44 e revólver 32 . . . - Era a lei que escravizavam trabalhadores, no sertão.

Reassume seu posto, a 19 de maio de 1906.

A 23 de agosto de 1906, deixa Vila Bela a antiga Capital Mato-grossense e desloca-se para o alto Guaporé.

Continou Rondon a dar combate aos sertanistas aventureiros, caçadores de índios e salteadores de suas terras.

Em 70 meses, de primeiro de outubro de 1906 construíram 1746 km de linhas telegráficas e 17 estações; ligara Porto Murtinho e Bela Vista cidades nossas na fronteira com o Paraguai, ao Rio de Janeiro; assim como Corumbá, e Coimbra, na fronteira com a Bolívia.

O mesmo fizeram com Cáceres, próximo à fronteira.

Rondon faz sozinho o serviço técnico de engenharia, com importantes estudos geográficos e colheu ainda, em grande acervo para o Museu nacional, nos setores de Zoologia, Botânica, Mineralogia e Etnologia pois procurava sempre ter a colaboração dos cientistas da época.

Os índios chamavam o telégrafo de "a língua do Mariano", colaborando em todos os serviços para que fosse feita a ligação necessária, e até mesmo, na conservação destas linhas.

E ainda faltava a construção de linhas telegráficas Mato-Grosso-Amazonas.

Em 1906, ao chegar ao Rio, soube que o Presidente Afonso Pena planejava incorporar os territórios do Acre, dos Purús e do Juruá, ao País fazendo com que esta posse efetiva fosse através das Comunicações, da exploração científica e da conquista do homem lá existente. Foi criada a Comissão Construtora das Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, sendo Rondon o engenheiro-chefe.

A 10 de novembro de 1907, já a 607 km de Cuiabá, chegavam ao território dos amistosos parecis, para penetrar nas terras dos Nhumbiquaras, ferozes e antropófagos, segundo informações existentes; sentiam-se vigiados de longe, por estes índios, ocultos na mata.

Deixavam presentes para conquistar a amizade dos índios.

Um novo episódio mostra a fibra do valente sertanista: antes a 4 de novembro de 1907, atingiram o rio Sauaruiná, com o pessoal exausto e com febre de maleita; a canoa ali deixada, na ida, fora solta rio abaixo pelos índios. Só havia possibilidade de sobreviver àquele momento se atravessassem o rio. Rondon, com energia e capacidade, revestiu um couro de boi, que era sua mesa de refeições, construindo uma embarcação arredondada e pequena ("Pelota"), capaz de enfrentar o rio; carregou-a com material na margem oposta do rio. "Soldado não abaixa a cabeça, como qualquer covarde" - falara ele no início da primeira travessia. Com seu exemplo, reanimados todos os membros, salvou a expedição que fora ao Juruana que gastara quase três meses e percorrera 997 km e perdendo muitos bois e muare, mas sem perda humana.

A 11/01/1908 foi aberta a picada da floresta do Guaporé e em fevereiro suas estações telegráficas. Deu descanso à tropa tendo os soldados se embriagado e passado a promover distúrbios; Rondon monta a cavalo e

entre sozinho na venda, expulsando de lá todos os soldados, mandando que brar todos os garraões de pinga. A seguir mandou tocar e reunir e levou-os a todos, para cáceres, sem outro problema. . .

A 20/07/1908 já se presentia a presença dos perigosos índios Nhambiquaras, que se opunham à invasão de suas terras e Rondon expediu uma Ordem do Dia, ressaltando que, antes de qualquer represália, era preciso pensar nas perseguições covardes que sofriam dos brancos; ainda que alguém fosse ferido não provocar desforra; e concluía: "Sejamos fortes contra os nossos sentimentos de vingança e tenhamos abnegação bastante para resistir às tentações do orgulho, para sacrificar certos preconceitos e le

melindresinetentes ao espírito militar". E continuava deixando btindes para os índios em pontos estratégicos de seu deslocamento.

A 26/10/1908, após 273km, no sertão, fazendo todo o trabalho técnico à margem direita do Jurema, onde existiam mais vestígios recentes dos ferozes índios. A 7/09/1908 fixaram o destacamento de Juruena, que serviria de base à coluna que se internaria rumo ao Madeira.

Queriam chegar, agora, ao coração da Amazônia; em 17/04/1908: deixaram Cáceres rumo a Juruema e Serra do Norte.

Falece o Presidente Affonso Pena, grande protetor da Comissão e, agora, havia ameaça de sua extinção pelo novo Ministro da Viação, J. J. Seabra, sob o motivo de economia; Rondon e seus oficiais propuseram redução de cinquenta por cento de seus vencimentos, vinte e cinco por cento do dos soldados e cem por cento do chefe da Comissão. O problema foi resolvido politicamente. . .

Continuava Rondon, com sua Comissão, em plena selva: floresta imensa onde havia árvores de 15 metros de perímetro e tronco com 20m de altura.

Encontraram riquíssima fauna, com pássaros e aves de cores berantes. A 219 km e a 334 km de Juruena novos e rápidos contatos com índios, os quais não queriam permitir a aproximação dos brancos. . .

A 13/12/1909 estavam a 1297 km de Cuiabá e já tendo ultrapassado a região virgem da floresta, encontrando, após, seres humanos, seringueiros da região. No dia 25/12/1909 chegaram ao rio Madeira.

A maleita atacou o próprio Rondon, com febre de 41 graus; teve, porisso, que ir para Manaus. Antes, porém, resolveu problema de patrões que escravizavam seringueiros pois davam um adiantamento que os mantinha sempre devedores e que só tinham liberdade para partir, quando liquidassem a sua dívida, o que era impossível ocorrer; quem fugisse estava enquadrado no Artigo 44 Parágrafo 32; Rondon entrevistou, energicamente, conseguindo resolver o problema.

Rondon conquistava, agora, o título dado pelo mundo civilizado: "Protetor dos Índios". A penetração de Mato Grosso à Amazônia mostrou o merecimento do título: em 240 dias percorrer 1297 km por terra, 1138 km pelos vários rios, em canoas e 200 km em variantes para estudo e reconhecimento, num total de 2635 km, perdendo só três homens; no entanto eram abertos picadas, em densas florestas, com 40m de largura, em cujo eixo vinha plantada a linha telegráfica e permitia 2 meios de comunicação (estrada e telégrafo). Fazia, ainda, correções nos mapas da época.

Conseguiu ligar o centro do Brasil, de norte a sul; pacificou grande número de tribos tendo verificado que o índio, que não penetra em território alheio, revolta-se com razão, contra a invasão de sua área de terras.

A maior glória de Rondon foi a CONQUISTA DO ÍNDIO; conseguiu até construir 265 km de linhas só com a ajuda índia; teve 235 km de linhas sob conservação de 60 índios, no trecho Saureina-Juruena. Diziam, ser cruéis e antropófagos os índios Nhambiquaras e Rondon provou que não era m e, afe mesmo, que se tornaram fiéis amigos.

Com frequência, ficavam sem água, alimentos e com febre; sofriam ataque de animais e de insetos mas a tudo resistiam braveamente.

Rondon, certa vez, ficou tão mal que chegou a designar o Tenente Lira para substituí-lo no caso de morrer; piorou de saúde e o médico determinou que montasse num boi que mandara ensilhar tendo Rondon relutado mas aceitou o conselho. Mal andou 500 metros e voltou a andar a pé, pois se sentia ridículo montado e seus companheiros estando a pé.

De Manaus embarcou para o Rio mas como agravou seu estado de saúde teve de desembarcar na Bahia e recolher-se a um hospital; chegou ao Rio em 03/02/1910, em pleno carnaval sendo recebido com manifesta-

ção popular no cais do porto, Fora promovido a Tenente Coronel na data de 1908.

Pelo Decreto nº 8072, de 20/06/1910 foi aprovado o regulamento que sistematiza o Serviço de Proteção aos Índios e a localização dos trabalhadores nacionais.

Os QUATRO PRINCÍPIOS DE RONDON e que orientam a política indigenista brasileira, desde 1910, são:

- 1) - Morrer se necessário fôr; matar nunca. . .
- 2) - Respeito às tribos indígenas como povos independentes.
- 3) - Garantir aos índios a posse das terras que habitam e são necessárias à sua sobrevivência.
- 4) - Assegurar aos índios a proteção direta do Estado.

O silvícola é o mais digno de benemerência, segundo Rondon, pois é expulso da terra de que era dono secular pelo invasor que viera, com, mostras de paz, trazer traição, ruína e destruição.

Sentia Rondon que este Serviço de Proteção aos Índios devia atuar na assistência e na sua defesa mas não na catequese; deveria respeitar sua cultura e seus direitos.

Contra a colonização imperialista já o índio Guairacá se insurgira quando bradou: "Esta terra tem dono. . .

Tivemos também outras brilhantes atuações de índios no Brasil: Poti ou Antonio Felipe Camarão, na primeira batalha dos Guararapes; Tibiriçá, na manutenção de Piratininga; Araribóia, Caiubi, Piragibe, Clara Camarão, entre outros.

Os índios foram formadores da nossa nacionalidade; ajudaram também, na construção de vilas e cidades como S. Vicente, Piratininga, Rio de Janeiro, Niterói e tantos outros; e, ainda na expulsão, dos franceses, ingleses e holandeses de nosso território.

Revelaram, os índios, nossas riquezas minerais em outro e pedras preciosas, como em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

A conquista do Espírito Santo se deve ao índio Tibiriçá; a da Bahia, a Tabira, a de Pernambuco, a Itagiba e Piragibe; a do Maranhão, a Tamagica; a de S. Bernardo da Borda do Campo e Piratininga, ao português iria com os índios João Ramalho. Já os padres jesuitas Anchieta e Nóbrega muito contaram com a ajuda dos indígenas. Sem o auxílio dos Índios Brasileiros teria sido impossível a missão Rondon. Muitos ilustres brasileiros eram protetores dos índios, os jesuítas da catequese, Antonio Vieira, o marquês de Pombal, Gonçalves Dias, Teófilo Otoni, José Bonifácio, todos os positivistas, José de Alencar e, em especial, o seu maior benfeitor: Cândido Rondon.

A 16/03/1911 partiu de S. Paulo para Bauru para, a seguir, ir até o vale do Aguapeí para pacificar os índios Caigangs que dominavam naquele sertão paulista, o que conseguiu em seis meses.

A 4/6/1912 partiu para Mato Grosso e a 28/9/1912 estava no Mimoso.

Rondon atingiu o posto de Coronel nesta época. Quando foi convidado a visitar a aldeia, dos Nhambiquara, na fase de proximação amigável com mais dois companheiros da Comissão, sempre procurou incutir não dormir, com medo dos índios, ele se aproximou de um índio e deitou sua cabeça numa das pernas do mesmo, adormecendo depois. Aconteceu que o índio não fez movimento algum até ele acordar o que permitiu consolidar a amizade com os Nhambiquaras. Novamente é chamado ao Rio, regressando a Mato Grosso, via Manaus, só em janeiro de 1913, para inspecionar a linha de Santo Antonio da Madeira a Jamari.

Em 1913 resolveu Rondon atuar na tarefa de pacificar as tribos que se hostilizavam.

Os primitivos (índios) passaram a ajudar a civilização (brancos) na conservação de linhas, em quase 800 km, por tribos diferentes.

Também os índios organizavam escolta para acompanhar Rondon a cada trecho da viagem a vencer, até o encontro com outra tribo.

O Congresso das Raças, reunido em Londres, em 1913, elogiou seu trabalho declarando que deveria ser imitado "para honra da civilização nacional".

Rondon procurou ensinar os índios em certos trabalhos de lavoura mandando, às cidades e ao Rio, jovens índios para aprenderem a plantar, a criar bois e até telegrafia.

Em José Bonifácio, em pleno Sertão, recebeu telegrama assinado pelos Ministros da Guerra, da Viação e do Exterior, informando ter sido

designado para acompanhar o ex-Presidente Theodoro Roosevelt em excursão ao sertão brasileiro.

Aceitou a tarefa, com um pedido: a expedição não teria caráter de passeio ou de caça mas objetivos científicos.

A "Expedição Científica Roosevelt-Rondon" teve início em 25 de Novembro de 1913 sendo que Roosevelt, vindo da Argentina via Paraguai, iria atravessar o sertão até o Amazonas junto com Rondon, com o qual se encontrou em 11 de dezembro. Rondon sugeriu três itinerários tendo Roosevelt escolhido o mais difícil - rio da Dúvida, tendo iniciado a subida do rio Paraguai até atingir Cáccres, como última localidade, antes de entrar na região amazônica.

Colhiam peças para o Museu de História Natural diariamente. Nessa ocasião, Roosevelt assistiu um jogo chamado "zigunati", uma espécie de futebol jogado com a cabeça e empregando bola de borracha fabricada pelos índios.

A exploração do rio da Dúvida iniciou-se a 27/02/1914. Com medo dos índios e de novos acidentes quis Roosevelt ganhar tempo solicitando a Rondon um levantamento mais sumário sem tantos detalhes, pois "os chefes de um grande empreendimento como este, só se devem preocupar com a determinação dos pontos principais". Rondon, porém, contrário à idéia, ao escutar mais estas palavras "Os grandes homens não se preocupam com minúcias", ditas por Roosevelt, respondeu delicadamente mas de maneira firme: "Nem sou grande homem nem se trata de minúcia". Sabia ele que era preciso executar bem o serviço pois de nada valeria esta expedição sem um trabalho consciente. Para desmanchar qualquer mal estar, no momento, concluiu Roosevelt: "Conheci, em minha vida, dois grandes corações: o que resolveu o problema do canal do Panamá e Rondon".

A 18/03/1914 o rio passou a ser chamado rio Roosevelt, por ordem do dia que Rondon baixou.

Percorrer esta Expedição mais de 300 km, em região totalmente povoada até que a 25/04/1914 surgiu sinal de região habitada. Em 59 dias percorreram 686 km, com Roosevelt e outros doentes; estavam contentes por terem desvendado o rio da Dúvida, com 1409 km e que era o maior afluente do Madeira; até então desconhecido. A 29 de abril chegaram a Manaus onde Roosevelt se hospedou, no Palácio do Governo, até se recuperar. Pouco tempo depois Roosevelt publicou este livro "Through the Brazilian Wilderness" (Pela Selva Brasileira).

O trabalho de Rondon foi tão admirado no Brasil como no estrangeiro, a ponto de Roosevelt se referir a ele e à sua obra do seguinte modo: "Nunca vi, nem conheço obra igual. Os homens que a estão realizando são, pela sua abnegação e patriotismo, os maiores que existem.

Um povo que tem filhos desta ordem há de vencer. O século XX pertence-lhe".

Continuou Rondon sua missão de pacificador dos índios e de construção de novas linhas telegráficas e de estações.

Novamente foi ao Rio e a 28/10/1914, de regresso a Manaus para, a 5/11/1914, partir para o vale do Jamarí.

De 1900 até 1915 instalou Rondon mais de 3.000 km de linhas telegráficas ligando Mato Grosso ao Amazonas.

Muitos outros trabalhos no sertão brasileiro realizou Rondon Mas em 1919 encerrava sua vida sertanista; tinham descoberto as cabeceiras de seis grandes rios e os seus divisores; minas de ouro, diamantes, ferro, etc.

A 20 de setembro de 1919 foi Rondon promovido a General de Brigada, e nomeado Diretor de Engenharia do Exército.

Em 1922, estando em Porto Alegre, foi convidado pelo capitão Manuel Rebello, para chefiar um movimento contra a posse de Arthur Bernardes na Presidência da República, por causa das famosas cartas contendo injúrias contra o Exército; recusou declarando que como positivista, jamais tomaria parte em movimentos revolucionários.

Em setembro de 1924 foi chamado para ser Chefe das Forças Governistas que, no Paraná e em Santa Catarina, combatiam os revolucionários de 1924; aceitou a missão e por esta sua atuação bélica, perdeu o Prêmio Nobel da Paz, sempre indicado, desde 1946 até 1957. Aceitara ele a missão com a condição de salvar o então Instituto de Proteção aos Índios que estava a desaparecer. Assumiu o comando no dia 1º de setembro de 1924, em Ponta Grossa; não foi feliz nesta chefia, pois os

revolucionários invadiram Mato Grosso, fugindo ao seu controle militar pois outro chefe passaria a atuar naquela região, conforme previra o Exército, senão extinta, em junho de 1925, a sua missão.

Voltou, ainda em 1925, à missão construtora de linhas telegráficas. já em janeiro de 1927 recebeu a honrosa missão de inspecionar todas as fronteiras do Brasil, visando estudar as condições de seu povoamento e segurança; seriam mais de 14.000 km de extensão, passando pelas Guianas, Venezuela, Colômbia, Peru, Paraguai, Bolívia, Argentina e Uruguai, pois o Brasil, na América do Sul, só não tem limites com o Chile e o Equador com muitos trechos ainda não bem definidos.

O Capitão Tenente Francisco de Melo Palheta em 1727 trouxera o café das Guianas Francesas e plantara, em Macapá, o primeiro pé de café no Brasil; foi onde Rondon montou um dos seus acampamentos. A sua missão inicial foi atuar nas fronteiras com as três Guianas e com a Venezuela, em sertão bruto, percorrendo, ao todo, 17.316 km. A segunda inspeção de fronteiras iniciou em 1928, com destino à Guiana Holandesa, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia; no dia 29 de agosto de 1928, chegava ao Peru onde, na fronteira, fixou o 2º marco de demarcação.

A seguir foi ao Acre e Mato Grosso, depois Sete Quedas (Guaira), e Foz do Iguaçu. De 1927 a 1930 inspecionou as fronteiras brasileiras do Oiapoque, até às divisas com o Uruguai.

Em 1930 voltava do Sul quando foi surpreendido pela revolução no Rio Grande; foi preso em Marcelino Ramos e conduzido a Porto Alegre, onde ficou alojado no Grande Hotel tendo a cidade como menagem. Tentou Osvaldo Aranha conquistá-lo para a revolução; em resposta, disse Rondon: "Como positivista não podia concordar em que se recorresse às armas, como processo para resolver problemas políticos".

Em 1934 o Presidente Getúlio Vargas o escolheu para presidir a Comissão Mista de Delegados do Peru, Colômbia e Brasil, a fim de resolver o problema da guerra entre os dois primeiros países, concluindo pela entrega de Letícia, motivo de luta, à Colômbia.

Em 1939 foi criado o Conselho Nacional dos Índios, sendo Rondon o primeiro Presidente. Neste mesmo ano o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE o cognominou "Civilizador dos Sertões".

A Convenção de Tatzcuaro, reunida no México, em 1940, escolheu o dia 19 de abril para o DIA DO ÍNDIO; o Brasil, desde 1943, festeja esta data.

Em 1952, aos 87 anos, apresentou ao Presidente da República, o Projeto de Lei criando o Parque Indígena do Xingú.

Em 1953, colaborou com a fundação do MUSEU DO ÍNDIO.

Aos 90 anos, em 5 de maio de 1955, recebeu do Congresso Nacional a patente de Marechal, em brilhante e patriótica homenagem dos políticos brasileiros, que assim reconheciam seus méritos de desbravador de nosso sertão e dos que mais colaboraram na integração de nosso território; era o MARECHA vitorioso nas batalhas de PAZ.

Em 1956, na inauguração do XVII Congresso Internacional de Geografia aos 91 anos, ao ser homenageado pelo Presidente da República, apelou Rondon ao mesmo para que usasse dos seus poderes a fim de "salvar melhor o dos esforços de minha vida longa, o Serviço de Proteção aos Índios, da desmoralização e descaracterização que o ameaçam, em virtude da intromissão da política partidária naquele órgão".

O Território Federal do Guaporé situado ao lado dos Estados do Acre e de Mato Grosso, por onde passou e realizou inspeção de fronteira com a Bolívia em 1956, teve o seu nome mudado para Rondonia (capital Porto Velho), como outra homenagem ao grande sertanista que teve, ainda vivo, mais esta grande honraria a premiar seus esforços.

Rondon, por suas atuações chegou a convencer as mais cultas nações de que o Brasil era um país civilizado.

Em 5 de dezembro de 1967, pela Lei 5371, foi criada a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, vinculada ao Ministério do Interior, órgão responsável pela execução da política indigenista brasileira, visando prestar assistência às comunidades com o objetivo de integrá-las na comunhão nacional.

Rondon foi, na verdade, bem mais compreendido pelos índios do que pelos governos de então, de um modo geral. Era chamado de "O GRANDE CHEFE" pelos índios brasileiros e "MARECHAL DA PAZ", pelos civilizados.

À beira de sua sepultura, em 19 de janeiro de 1958, falando em nome do governo, disse o indigenista Darci Ribeiro: "Se tamanha hecatombe fosse possível estando Rondon vivo, estando vivo o grande herói do nosso povo e paladino da causa indígena, que sucederá agora, apagada a sua vigília, esgotada a sua energia, emudecida a sua voz? "

Rondon foi militar, naturalista, filósofo, cientista, humanista e grande explorador. É o Patrono da Arma de Comunicações do Exército, por Decreto número 51.960, de 26 de abril de 1963.

O dia 5 de maio, data de seu aniversário, passou a ser o Dia Nacional das Telecomunicações".

Para preservar na lembrança de todos o seu imortal nome, patrimônio nacional, realizamos a OPERAÇÃO RONDON, nas férias universitárias, com grande número de alunos voluntários, de ambos os sexos, visando expedições em favor dos nossos irmãos brasileiros, situados em locais desprovidos de técnicos e especialistas de nível superior, a fim de dar-lhes instruções teóricas e práticas, bem como realizar os tratamentos urgentes de que mais necessita a população da região, tornando-se assim, incógnitos heróis que estão colaborando na formação de um Brasil cada vez maior e melhor. E é de ressaltar que estes denodados patrícios deixam o descanso das lides estudantis e a distração para, no período de suas férias, fora do conforio a que estão acostumados, ajudar seu País.

Em 11 de julho de 1967, em avião DC-3, do Rio de Janeiro a Porto Velho, no Território Federal de Rondônia, 27 alunos e 1 professor de universidade do Estado da Guanabara, deram início a uma pioneira operação intitulada "PRO-ZERO", isto é, "Projeto Rondon nº zero", que foi o marco inicial da já tradicional OPERAÇÃO RONDON.

O Governo Federal, pelo Decreto 62.927, de junho de 1968, instituiu o Grupo de Trabalho do Projeto Rondon; esta organização é uma movimentação catalizadora da força e das aspirações da juventude, assim como de integração nacional.

Este é o slogan da Operação Rondon: "INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR".

A ação do Projeto Rondon no CAMPO DO DESENVOLVIMENTO E DA INTEGRAÇÃO NACIONAL tem estes objetivos: a) organizar, implantar e coordenar estágios de estudantes de nível universitário e de técnicos; b) colaborar, mediante convênios, na execução da política de desenvolvimento e de integração de órgãos governamentais e privados, bem como prestar assistência à administrações municipais, carentes de técnicos especializados; c) promover programas de desenvolvimento comunitário em micro-regiões definidas como prioritárias; d) promover estágios, nos grandes centros, para universitários de áreas menos desenvolvidas, possibilitando a aplicação posterior do conhecimento no seu meio geográfico de origem.

Com a sua atividade bem coordenada pôde o PROJETO RONDON criar, até março de 1974, 29 "campus" avançados de Universidades Brasileiras, em Boa Vista, Santarém, Porto Velho, Imperatriz e da Universidade Federal do Paraná, que já recebeu até 1974, cerca de 10.464 universitários, etc.

As formas de atuação do Projeto Rondon, são estas:

1) OPERAÇÃO NACIONAL: — realizada nos meses de janeiro e fevereiro; promove intercâmbio de universitários entre as diversas regiões do País, para conhecimento da realidade brasileira;

2) OPERAÇÃO REGIONAL — realizada em julho, de cada ano, na própria região do estudante;

3) OPERAÇÃO ESPECIAL — para objetivos específicos; realizado em qualquer época do ano e em local próximo à Universidade considerada;

4) INTERIORIZAÇÃO — pessoal de mão de obra superior; vai para o interior, para áreas carentes de técnicos; é equipe constituída de dentista, auxiliar de enfermagem, assistente social, médico, etc.

5) "CAMPUS" AVANÇADO — com presença permanente, na sede prevista, de universitários e professores; promove desenvolvimento local e da micro-região procura transformar a área em autêntico polo de desenvolvimento.

Em menos de 7 anos, com base em 8/3/75, o Projeto Rondon levou 63.713 Universitários, a 2.193 municípios brasileiros (a mais da metade do total de municípios brasileiros que são em N. de 3.953).

E assim nos referimos sobre a figura imortal de Cândido Rondon, um exemplo de abnegação, altruísmo, humanidade e de brasilidade, no

mais alto grau, esperando que a sua vida e a sua luta sirvam de exemplo às gerações atual e futura a fim de que o Brasil cumpra, feliz e com facilidade, sua nobre missão para orgulho daqueles que aqui nasceram e satisfação dos povos que nos admiram.

É uma alegria, para todos nós, ter esperanças para dias melhores.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 325/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 278/75, de 14 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de NILCE MACEDO FIGUEIREDO, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO" em 14 de maio de 1975.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 326/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2092/75, de 16 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de DIVA DO VALLE CAVALCANTE, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO" em 14 de maio de 1975

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 327/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 84/75, de 7 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ANTONIO MASSUCHETTO, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio 19 DE DEZEMBRO, em 14 de maio de 1975

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 328/75

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 709/75, de 29 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6174 de 16 de novembro de 1970, em favor de DELTA DE ALMEIDA CARDOSO, ocupante do cargo de nível PL"27", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 14 de maio de 1975

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 329/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1575/75, de 4 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6174 de 16 de novembro de 1970, em favor de ZENAIDE SILVA FILPO, ocupante do cargo de nível "PL19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente

ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 14 de maio de 1975.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 333/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1836/75, de 10 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LINDAMIR EDIL CARAN, ocupante do cargo de nível "PL21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 14 de maio de 1975.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 334/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1913/75, de 12 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de MARIA DOLORES TULIO BARVICK, ocupante do cargo de nível PL"16", da Série de Classes de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio compreendido entre 07 de novembro de 1967 e 07 de maio de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 14 de maio de 1975

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário